



ELBO



**ÓRGÃO
DA ASSOCIAÇÃO
DOS DEFICIENTES
DAS FORÇAS ARMADAS**

Ano XV - N.º 176

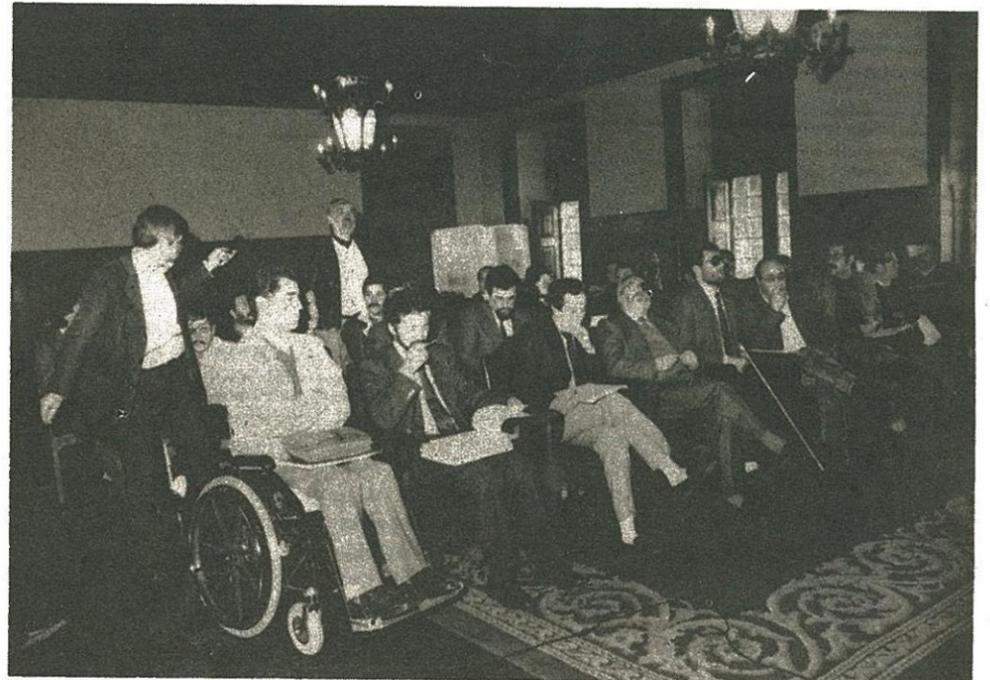
DIRECTOR: PATULEIA MENDES

Mensário — Abril — 1989 — 60\$00



**General Soares
Carneiro, novo
Chefe do Estado-
-Maior-General
das Forças Armadas**

**13.ª Reunião da Comissão
Permanente de Assuntos
Europeus — FMAC
— ADFA presente! —**



**Assembleia Geral Nacional
aprovou Relatórios**

nas páginas centrais

ADFA prepara 15.º aniversário

**I RALLY PAPER DA ADFA
— «o melhor do Mundo» —
integrado nas comemorações
do aniversário**

— ver última página —

?

**VAMOS
ARRANCAR!**

Esperamos adesão,
por isso vão afinando
os motores, os travões
e treinem!

Acertem os últimos pormenores
e a pressão dos pneus!

21 de MAIO:

O GRANDE RALI-PAPER DA ADFA!



Este mês apenas dois destaques:

1 — O Decreto-Lei n.º 97/89 de 29 de Março de 1989, do Ministério da Defesa Nacional, que actualiza as remunerações dos militares para 1989, com base no vencimento de General/Vice-Almirante que passa para 185 500\$00;

2 — O Decreto-Lei n.º 98/89 da mesma data do anterior, do Ministério das Finanças, e que actualiza, também para o ano corrente, as remunerações base, pensões e ajudas de custo dos trabalhadores da administração Pública.

Desse diploma transcrevemos:

Art. 5.º — 1 — São aumentadas em 8%, com arredondamento para a centena de escudos imediatamente superior, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1989 e com base nos valores determinados nos termos dos artigos 3.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 487/88, de 30 de Dezembro:

- As pensões de aposentação, reforma e invalidez;
- As pensões de sobrevivência pagas através do Montepio dos Servidores do Estado;
- As pensões de preço de sangue e outras a cargo do Montepio dos Servidores do Estado, com excepção das resultantes de condecorações e das Leis n.ºs 1942, de 27 de Julho de 1936, e 1127, de 3 de Agosto de 1935.

2 — O aumento das pensões mencionadas nas alíneas a) e b) do n.º 1 incide sobre a pensão global, com a inclusão da diuturnidade.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

• Decreto-Lei n.º 47/89, de 22 de Fevereiro, publicado no Diário da República, I Série, n.º 44, de 22 de Fevereiro de 1989.

— Actualiza a gratificação suplementar de mergulho na Armada.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Decreto-Lei n.º 58/89, de 22 de Fevereiro, publicado no Diário da República, I Série, n.º 44, de 22 de Fevereiro de 1989.

— Altera a redacção de um artigo do Decreto-Lei n.º 156/88, de 2 de Maio, relativo à protecção Social aos trabalhadores das empresas do sector do carvão e do aço.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Decreto-Lei n.º 59/89, de 22 de Fevereiro, publicado no Diário da República, I Série, n.º 44, de 22 de Fevereiro de 1989.

— Disciplina a intervenção da Segurança Social no reembolso de prestações em processos judiciais.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Decreto-Lei n.º 64/89, de 25 de Fevereiro, publicado no Diário da República, I Série, n.º 47, de 25 de Fevereiro de 1989.

— Estabelece o regime de Contra-Ordenação no sistema de Segurança Social.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

• Resolução do Conselho de Ministros n.º 7/89, de 27 de Fevereiro, publicado no Diário da República, I Série, n.º 48, de 27 de Fevereiro de 1989.

— Cria e disciplina os processos da modernização administrativa.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E DA SEGURANÇA SOCIAL

• Despacho Normativo n.º 17/89, de 28 de Fevereiro, publicado no Diário da República, I Série, n.º 49, de 28 de Fevereiro de 1989.

— Determina que as pessoas abrangidas pela medida de apoio financeiro previstas nos programas de apoio à criação do próprio emprego (ACPE) e conservação do património cultural (CPC) promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), ficam obrigatoriamente enquadradas no regime de segurança social dos trabalhadores independentes.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Decreto-Lei n.º 66/88, de 2 de Março, publicado no «Diário

da República» I Série, n.º 51, de 2 de Março de 1989.

Altera algumas disposições do Código do Imposto Complementar.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

• Portaria n.º 153/89, de 2 de Março, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 51, de 2 de Março de 1989.

Aprova os modelos de Boletim Individual de Recenseamento Militar (B.I.R.M.) e Declaração Individual de Recenseamento Militar (D.I.R.M.), a serem usadas nas operações de recenseamento militar.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

• Portaria n.º 154/89, de 2 de Março, publicada no «Diário da República», n.º 51, de 2 de Março de 1989.

Aprova a Cédula Militar.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL, OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

• Portaria n.º 212/89, de 14 de Março, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 61 de 14 de Março de 1989.

Aprova os modelos de impressos para requisição de Transportes de pessoal por via aérea e por via terrestre, marítima e fluvial e de transportes de material e animais.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

• Portaria n.º 216/89, de 16 de Março, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 63, de 16 de Março de 1989.

Aprova as áreas de Jurisdição dos distritos de recrutamento e mobilização em que se divide o território nacional.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL, DAS FINANÇAS E DA JUSTIÇA

• Portaria n.º 217/89, de 16 de Março, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 63 de 16 de Março de 1989.

Dá nova redacção às disposições constantes da Portaria n.º 562/85, de 10 de Agosto (estabelece a instalação, orgânica e pessoal das comissões regionais de objecção de consciência).

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E TURISMO

• Decreto Regulamentar n.º 8/89, de 21 de Março, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 67 de 21 de Março de 1989.

Aprova Regulamento dos Empreendimentos Turísticos.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

• Decreto-Lei, de 23 de Março, publicado no «Diário da Re-

pública», I série, n.º 69, de 23 de Março de 1989.

Isenta de autos de transferência patrimonial os bens móveis adquiridos pelo Departamento Central do Planeamento e destinados à modernização de instalações de atendimento ao público.

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO

• Decreto-Lei n.º 81/89, de 23 de Março, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 69, de 23 de Março de 1989.

Fixa um período de validade para pareceres e autorizações das C.C.R.'s em processos urbanísticos.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

• Decreto-Lei n.º 87/89, de 23 de Março, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 69, de 23 de Março de 1989.

Altera a disposição do Decreto-Lei n.º 519/C1/79, de 29 de Dezembro, sobre a requisição colectiva das relações de trabalho.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Decreto-Lei n.º 90/89, de 27 de Março, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 71, de 27 de Março de 1989.

Actualiza as tabelas de remunerações de algumas categorias da função pública.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Decreto-Lei n.º 91/89, de 27 de Março, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 71, de 27 de Março de 1989.

Altera algumas disposições do Código da Sisa, e do Imposto sobre as Sucessões e Doações.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

• Despacho Normativo n.º 27/89, de 27 de Março, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 71, de 27 de Março de 1989.

Actualiza as tabelas de ajudas de custo para deslocações em missão oficial ao estrangeiro ou no estrangeiro.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, DO EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

• Despacho Normativo n.º 28/89, de 27 de Março, publicada no «Diário da República», I Série, n.º 71 de 27 de Março de 1989.

Determina que nas requisições, comissões de serviço ou outras situações de trabalhadores designados pelo Estado, para o exercício de funções em empresas públicas ou equiparadas, e que não estejam abrangidas pelo regime geral de segurança social, sejam as entidades empregadoras a suportar a quota-parte das contribuições para os fundos de pensões.

MINISTÉRIO DO EMPREGO E SEGURANÇA SOCIAL

• Decreto-Lei n.º 64-A/89, de 27 de Fevereiro, publicado no «Diário da República», I Série, n.º 48, 2.º Suplemento, de 27 de Fevereiro de 1989.

Aprova o regime jurídico da cessação do contrato individual de trabalho, incluindo as condições de celebração e caducidade do contrato de trabalho.



ADFA/Pessoal

— Com corolário dos estudos desenvolvidos pelo DAGEF, sob orientação do tesoureiro da DC, relativos à nova política de gestão de pessoal a implementar na Associação, foi decidido aprovar os seguintes instrumentos definidores dessa política:

- Política de Pessoal da ADFA;
- Plano de Política Geral de Pessoal e
- Novo Estatuto do Trabalhador da ADFA.

— Na sequência das deliberações do Conselho Nacional de 18 de Março último, e tendo em conta o anterior parágrafo, foi decidido actualizar os vencimentos e outros abonos, com retroactividade a 1 Jan. 89, dos trabalhadores da área associativa, Sede, Delegações e Tipografia-Escola, assim como reclassificar alguns deles.

Defesa Nacional

Em 22 de Março passado, nova audiência foi concedida pelo secretário de Estado da Defesa Nacional à Direcção Central da ADFA, que se fez representar pelos associados José Arruda, Armando Alves e Orlando Correia.

Como sempre, o encontro serviu para alargar a troca de informações sobre variados assuntos, mas três foram as questões principais tratadas.

Assim, tendo sido pedida anteriormente, pela SEDN, uma opinião e análise da ADFA sobre uma sua proposta de novo regulamento para o Lar Militar, foi a mesma agora entregue, prevendo-se que saia, em breve, um despacho governamental, determinando um período de um ano de observação desse novo estatuto.

Sobre a nova Sede Nacional, informou-se o dr. Santos Ramos sobre o andamento do anteprojecto e estudo prévio, do cálculo de 120/150 mil contos de custos globais e da vontade de iniciar, muito em breve, uma campanha interna para obtenção de fundos, com vista a assegurar-se que, começada a obra, a mesma seja terminada no mais curto espaço de tempo possível.

Finalmente, talvez a questão principal, neste momento: legislação.

Na realidade, torna-se urgente a aplicação das medidas propostas, até por Portugal, na V Conferência sobre legislação, em Bad-Isch, e à qual esteve presente, precisamente, o dr. Santos Ramos, nomeadamente no que respeita ao ajustamento necessário entre o estatuto de aposentação e o conceito de doença agravada em serviço, no novo quadro da Lei do Serviço Militar e à consagração da pensão como indemnização, devendo o Governo pronunciar-se claramente sobre o assun-



Propriedade, Administração e Redacção:
ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS
Palácio da Independência
L. S. Domingos — 1194 Lisboa Codex
Tel. 346 21 67/8

Composto e impresso: Interpress Gráfica, Rua Luz Soriano, 67 — LISBOA

Tiragem deste número: 7 500 exemplares

Redacção, secretariado, fotografia, revisão e maquetagem:

José Manuel Sande, Luísa Rodrigues, Armindo Roque e Eduardo Cascada.

Colaboração eventual e correspondentes:

José Maia (Coimbra), Teixeira Gil (Évora), Pereira de Medeiros (Ponta Delgada), Abel Fortuna (Porto) e Figueiredo de Sá (Viseu).

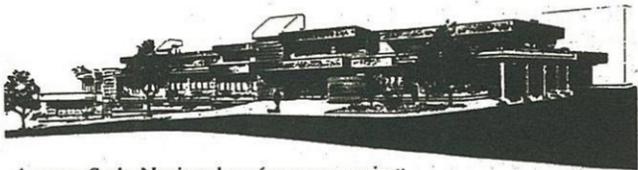
DECORTIL

ELECTRODOMÉSTICOS

Condições Especiais aos Sócios ADFA
30 % Desconto a Pronto Pagamento
e nas Venda a Crédito

TRAV. DO POTE D'ÁGUA, 8-A
TELEX 13 735 KASART P

1700 LISBOA (PORTUGAL)
TELS. 80 21 49



A nova Sede Nacional será mesmo assim?

to, assim como, noutro âmbito, dever-se-á proceder, com a máxima celeridade, à **revisão dos graus de incapacidade, especialmente dos grandes deficientes em serviço**, alguns dos quais já, entretanto, morreram.

Mas, a ocasião foi também aproveitada para se fazer entrega de duas novas exposições/propostas sobre **«Acumulação de vencimentos e pensões dos deficientes militares abrangidos pelo Estatuto de Aposentação»** e **«Qualificação como DFA na sequência de acidente e/ou doença ocorridas anteriormente à publicação do Dec.-Lei n.º 43/76 e com desvalorização inferior a 30%»**, das quais se transcrevem os considerandos finais, em respectiva sequência:

«11 — Assim, e em resumo de tudo quanto antecede, solicitamos a V. Ex.ª que aos deficientes militares abrangidos pelo Estatuto da Aposentação, seja consagrado o direito a exercerem funções públicas ou em empresas públicas, acumulando com a pensão a respectiva remuneração, bem como a pensão de reforma a que tiverem direito, quando atingirem o limite de idade.»

«12 — Assim, a ADFA solicita a V. Ex.ª que seja publicado Despacho no sentido de as decisões proferidas na sequência da revisão dos processos por acidentes ou doença adquirida em serviço de Campanha, em data anterior à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 43/76, serem enquadrados no âmbito da legislação que então estava em vigor, designadamente o Decreto-Lei n.º 210/73.»

Finalmente, e ainda sobre legislação, foi realçada, pela delegação da ADFA, a defesa firme que o III Congresso fez da necessidade de um estatuto único de combatente.

Como tem sido sempre demonstrado, o Secretário de Estado mostrou-se, mais uma vez, sensibilizado para todos estes problemas, denotando empenhamento pessoal na procura de soluções, tendo sido já apazada, embora em data ainda a fixar, uma nova reunião para depois da Assembleia Geral Nacional, com vista, a tratarem-se, não só estes mesmos assuntos, como também, por exemplo, a preparação da conferência com associações congêneres de Angola, Guiné e Moçambique.

Dia do Combatente

Desde 1988 que 9 de Abril, dia da Batalha de La Lys e da tradicional

romagem ao túmulo do «Soldado Desconhecido», no Mosteiro da Batalha, é considerado, também, «Dia do Combatente».

Este ano, na 53.ª romagem, e a convite da entidade organizadora das cerimónias, a «Liga dos Combatentes», esteve na Batalha uma representação da ADFA, formada pelos membros da direcção-Central, José Arruda e Armando Alves, acompanhando altas entidades civis e militares, nomeadamente o Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional, o Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas e Chefes dos Estados Maiores dos três ramos, o Secretário de Estado da Defesa Nacional, o Presidente da Direcção Central da Liga dos Combatentes, o Marechal António de Spínola, Adidos Militares, representações de associações de combatentes, muitas outras individualidades e numeroso público.



Após missa de sufrágio na igreja do Mosteiro, seguiu-se a cerimónia junto ao túmulo do «Soldado Desconhecido», na Sala do Capítulo, tendo usado da palavra o prof. dr. Veríssimo Serrão, Presidente da Academia Portuguesa de História, e o dr. Eurico de Melo. Este ano, a tradicional deposição de flores (que a delegação da ADFA também fez), continuou-se no gesto comovido de colocação das condecorações de Manuel Marques Sardão, morto em combate em Angola, e oferecidas pelo Pai, na campa rasa, acto culminado pelos toques e honras militares.

Mais tarde, no almoço de confraternização oferecido pela Liga, o seu Presidente, general Altino de Magalhães, proferiu significativas palavras, de que transcrevemos:

«... 6 — Cerca de um milhão e quatrocentos mil portugueses participaram nessa guerra do Ultramar. Cerca de 8500 perderam a vida, mais de 26 000 ficaram feridos, muitos deles como grandes deficientes.

«... 8 — Quem conhece o que foi feito no Ultramar, admira os nossos combatentes, tanto no nosso país, como no estrangeiro. Os nossos adversários do campo de batalha de ontem, são hoje os pri-

meiros a respeitá-los. E são também, sem dúvida, os povos dos novos países africanos que se exprimem em língua oficial portuguesa, os nossos mais sinceros e profundos amigos. De outro modo não se podia entender as boas relações que os seus dirigentes desejam estabelecer e manter conosco, como não se podia compreender também o calor e a emoção com que os nossos governantes são recebidos, em público, nesses países quando os visitam.

«... 10 — O esforço ingente e generoso dos nossos combatentes, as vidas que perderam, as mutilações que sofreram, os trabalhos que passaram, os altos serviços que prestaram, têm de ser lembrados e respeitados.

Nesse sentido, como é do conhecimento público, a Associação dos Combatentes do Ultramar, com sede em Guimarães, lançou há cerca de quatro anos a ideia da construção de um Monumento.

A essa ideia aderiram a Associação de Comandos, a Liga dos Combatentes, a Associação dos Deficientes das Forças Armadas, a Sociedade de Geografia de Lisboa, a Sociedade Histórica da Independência de Portugal, a Associação da Força Aérea Portuguesa e a Associação dos Especialistas da Força Aérea Portuguesa. Todas estas Associações decidiram constituir-se, por mérito próprio, em Comissão Executiva do Monumento e confiaram à Liga dos Combatentes a honra de presidir aos seus trabalhos.

«Honrai a Pátria que a Pátria vos contempla», é ensinamento e dever que Camões nos transmite e aponta. Vamos cumpri-lo em relação os nossos combatentes do Ultramar. Eles honraram a Pátria. A Pátria, a Nação e o Estado, vão contemplá-los, reconhecendo, num acto de justiça que consagre, em monumento público, os sacrifícios que sofreram, os serviços que prestaram e, sobretudo, o exemplo de dignidade e

de honrosa doação que nos deixaram.

Mãos à obra, todos na construção do Monumento.»

Monumentos aos Combatentes do Ultramar

E foi, realmente, com um «mãos à obra» que havia reunido, dias antes, mais precisamente a 22 de Março, a respectiva «Comissão Executiva», na Liga dos Combatentes, a fim de dar continuidade a esta nova fase do projecto lançado então pela Associação de Guimarães e retomando, agora em Novembro do ano passado. Esteve presente, pela ADFA, o sócio Armando Alves, elemento da DC.

Contando com os apoios e empenhamento de várias entidades, nomeadamente Vice-Primeiro-Ministro e Ministro da Defesa Nacional, Ministro do Plano e da Administração do Território, Secretário de Estado da Cultura, Presidentes das Câmaras Municipais de Lisboa e de Oeiras, do Instituto Português do Património Cultural e da Agência do Porto de Lisboa, já foi possível ultrapassar-se a questão da localização, projectando-se, o monumento para um espaço de forte implantação histórica: à beira Tejo, em Belém, frente à Praça Afonso de Albuquerque, no antigo sítio conhecido por «local das missas».

Procedem-se, já, a estudos prévios de volumetria, arranjo paisagístico e outros, do que será o «Monumento aos Combatentes do Ultramar (61-74)».

R. E. Espinho

Assinado pelos respectivos Chefes de Gabinete, foram enviados à Direcção Central da ADFA, ofícios em que o General Chefe do Estado-Maior do Exército e o General Comandante da Região Militar do Norte agradecem a manifestação de solidariedade da Associação dos Deficientes das Forças Armadas expressa aquando do trágico acidente de 8 de Março passado, no Regimento de Engenharia de Espinho.



Associação Académica da Faculdade de Direito de Lisboa, 13 de Abril — José Arruda, Presidente da ADFA, intervindo no «Colóquio sobre a guerra colonial», versa os temas «Deficientes e Justiça Social», «Paz e Cooperação»

ADFA

15 anos depois...

Quinze anos decorreram após a madrugada histórica de 25 de Abril de 1974 data ímpar e singular na nossa vivência colectiva, das que, neste século, mais terá acalentado esperanças de transformação em toda a sociedade portuguesa.

Não cabe nestas linhas, nem a nós, por outro lado, nos compete a análise das transformações efectuadas e por efectuar e das esperanças realizadas ou das que ficaram no mero campo das frustrações. Mas a nós, ADFA, associação que em breve completará 15 anos, tal como o 25 de Abril que nos tornou possível, deficientes militares, o direito de nos organizarmos, permita-se algumas poucas reflexões.

A política ultramarina portuguesa, designadamente no pós-guerra, remando contra a maré e quase orgulhosamente só, num período em que outras potências coloniais, designadamente em África, se apressaram a conceder a autonomia e independência aos territórios que administravam, lançou o melhor da sua juventude numa guerra fratricida que encheu de desespero, dor e luto a quase totalidade das famílias lusas.

Esta mentalidade só viria a ser alterada com o renascimento da democracia em Portugal e, a partir daí, abriram-se novos horizontes políticos no plano internacional e criaram-se condições objectivas para que ascendessem à sua legítima independência os países irmãos do continente africano. Com tais transformações na orientação política do país, finalizou a missão militar em África, de que foram incumbidas as nossas Forças Armadas, que regressaram a solo pátrio, conscientes que com sacrifício e sangue tinham cumprido exemplarmente as tarefas operacionais exigidas pela sociedade portuguesa.

Surgem assim, brotando do processo de descolonização, que competirá à história analisar, os novos países lusófonos de África: Guiné, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe, Angola e Moçambique.

Iniciando cada um deles, de forma diversa, a caminhada para a liberdade, caminho árduo para todos eles, muito em especial para os que com lutas internas, muitas vezes movidas por interesses exteriores, vêem as suas populações confrontadas com o espectro da miséria, da fome e da própria morte. Houve sempre, e por via de regra, vontade por parte dos diversos Governos de Portugal e dos Governos destes novos países, de manter laços fraternos e de amizade. Toda a mudança política verificada em Lisboa e a dinâmica própria das sociedades recém chegadas à independência, nem sempre encontraram pólos de união que facilitassem tais ligações.

Os traumas causados por um longo período colonial, agravados sobre-maneira nos territórios em que se manteve a luta armada, trouxeram tarefas espinhosas para as diplomacias, no sentido de se encontrar um verdadeiro equilíbrio e ser reconhecido por ambas as partes a existência de condições para o relacionamento, em pé de igualdade, entre todos os Estados soberanos e autónomos, ligados muito embora entre si por laços ancestrais.

Volvidos 15 anos sobre o início do processo que levou às respectivas independências aqueles países amigos, parece encontrarem-se a grande nível, e em todas as vertentes, os seus contactos com Portugal. Em tal ambiente político, e dentro dos ideais da paz e da cooperação perflhados e defendidos pela nossa Associação, temos vindo a envidar esforços no sentido de uma maior aproximação e de um futuro encontro com os nossos amigos ex-combatentes e deficientes da Guiné, Angola e Moçambique.

Os contactos já realizados designadamente os já havidos com delegações daqueles países no âmbito da FMAC, fazem prever que esse grande encontro, a realizar brevemente em Portugal, será um marco no relacionamento e na cooperação que nos virá orgulhar a todos. A troca de conhecimentos e de experiências, a franca e cordial amizade, o abraço fraterno de homens que outrora pegaram em armas em campos de batalha opostos e hoje, defensores intransigentes da paz e da solidariedade entre todos os povos, constituirão um facto singular e histórico dentro no novo espírito de Abril, o espírito da igualdade, da tolerância e da amizade.

M. C. P. M.
Sócio n.º 519



RELATÓRIO TÉCNICO SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 1988

1 — Introdução
 À semelhança dos anos anteriores, desejamos também fazer acompanhar as contas do exercício de 1988 de alguns esclarecimentos técnicos que facilitem aos sócios uma apreciação global mais objectiva dos valores apresentados.
 A sua referência em alguns casos, com os resultados conseguidos no ano anterior permitirá evidenciar a evolução do património associativo, bem como a dinâmica da sua gestão.

— O subsídio do M.D.N. no valor de 28 000 contos situou-se ao mesmo nível de 1986 e 1987, representando no presente apenas 23,8% da totalidade das receitas, contra 27% do ano anterior.
 — As receitas de aplicações financeiras atingiram 2175 contos, valor duplo do ano anterior e respeitam exclusivamente a juros de depósitos a prazo.
 — O montante de 5 926 contos de outras receitas é inferior em 2 109 contos a 1987. Esta situação ex-

44 906 contos, mais 4946 contos em valor absoluto do que o ano transacto e constitui um aumento de 12,3%, que reflecte o aumento salarial atribuído e a institucionalização do subsídio de alimentação para os trabalhadores efectivos da A.D.F.A., no último trimestre.
 — As despesas com Fornecimentos e Serviços de Terceiros, atingiram 22 617 contos, o que representa, efectivamente, um aumento considerável relativamente a 1987, na ordem dos 89,2%. Esta

também um aumento significativo, relativo a 1987, 5967 contos. Se tivermos em consideração as informações referidas no Relatório de 1987, o aumento percentual é de 64,4%. Nesta rubrica há que considerar, entre outras, as seguintes despesas:
 — Participação em actividades da F.M.A.C.: 747 contos.
 — Refeições abonadas aos trabalhadores da O.T.J. e O.T.L.: 556 contos.
 — Subsídios aos sócios carenciados: 1651 contos.
 — Despesas de dinamização associativa: 2056 contos.
 — Despesas com a preparação do Congresso: 1437 contos.

Em 1988, tendo em consideração os reparos oportunos feitos pelo Conselho Fiscal, foram criadas Amortizações e Provisões no valor de 2738 contos que correspondem à depreciação verificada nos equipamentos e asseguram eventuais incobráveis de Clientes e Outros Devedores.

Quanto ao património associativo foi reforçado durante o presente exercício, passando o seu activo para 87 869 contos, valor que corresponde a um aumento de 10 143 contos, relativamente ao Balanço anterior.
 O Passivo aumentou apenas 867 contos, relativamente a 1987, passando para 19 005 contos, pelo que se verificou a consolidação acentuada da situação financeira da A.D.F.A.
 Lisboa, 20 de Março de 1989.

A DIRECÇÃO CENTRAL



2 — Análise da situação económica e financeira da A.D.F.A.
 As contas do exercício de 1988 agora divulgadas para apreciação dos sócios, são constituídas pelos mapas de Demonstração de Resultados e Balanços de todas as Delegações e ainda por um Balanço e uma Demonstração de Resultados globais obtidos pela consolidação dos documentos das diversas Delegações e Centro Produtivos.
 Estes mapas traduzem o património associativo no final do ano e esclarecem o modo como foram afectados os diversos recursos financeiros da A.D.F.A.
 Da leitura desses valores relevamos as seguintes considerações:

plica-se pela alteração de critério de classificação de alguns documentos que passaram a ter expressão nas prestações de serviços, nomeadamente, as comissões referentes à venda de viaturas a sócios.
 — As quotizações atingiram o valor de 10 926 026\$90, assim distribuídas:
 Sede 4 030 622\$50
 Porto 2 161 800\$00
 Coimbra 873 455\$00
 Viseu 859 240\$00
 Famalicão 734 283\$40
 C. Branco 600 200\$00
 Faro 332 772\$00
 Évora 316 600\$00
 Setúbal 301 610\$00
 Madeira 277 320\$00
 P. Delgada 236 340\$00
 Bragança 201 784\$00
 TOTAL 10 926 026\$90

alteração significativa é em parte explicada pelo aumentos verificados, relativamente ao ano anterior, da Sede 49995 contos, Tipografia 2338 contos, Viseu 1565 contos e Porto 1290 contos. O valor da Sede é fortemente influenciado pelos custos do Jornal ELO, 2 442 contos, pelos honorários pagos ao quadros técnicos que colaboram com a A.D.F.A., 1148 contos e pela rubrica Deslocações/Estadias, 1270 contos, entre outras.
 — O valor de Outras Despesas e Encargos, de 9829 contos, representa

Este valor representa um acréscimo de 31,5% em relação a 1987, o que demonstra a vitalidade da Associação e do empenhamento activo dos sócios.
 No campo das despesas salientamos o seguinte:
 — O custo das Existências vendidas e consumidas, cifrou-se em 26 545 contos que corresponde a um aumento de 4,7%.
 — As despesas com pessoal, elevaram-se a



Sócios falecidos

AVELINO ESTEVES RODRIGUES CAMPOS, sócio n.º 10168 (pensionista de preço de sangue pelo seu filho António Figueiras de Campos), faleceu no passado dia 12 de Dezembro de 1988.

JOSÉ DA COSTA MORGADO, sócio n.º 10195 (pensionista de

preço de sangue pelo seu filho Joaquim Fernando Ferreira Costa Morgado), faleceu no passado dia 13 de Janeiro de 1989.

MANUEL FRANCISCO CARVALHO SEQUEIRA, sócio n.º 609, natural e residente no Porto Brandão, concelho de Almada, faleceu no passado dia 14 de Janeiro de 1989 de-

vido a linfoma abdominal.
 Sócio com 100 por cento de desvalorização, sofreu o seu acidente em Moçambique ao ser atingido com um tiro na coluna.
 Aos familiares e amigos destes nossos sócios apresentamos as nossas sentidas condolências.

AUTOMÓVEIS CITRÖEN

MOD.	PREÇO BASE	P.V.P.
2 CV	677 913\$00	864 500\$00
AX 10 RE 3 PORTAS	824 799\$00	1 094 000\$00
AX 11 RE 3 PORTAS	862 664\$00	1 210 000\$00
AX 11 RE 5 PORTAS	909 673\$00	1 265 000\$00
AX 11 TRE 3 PORTAS	948 134\$00	1 360 000\$00
AX 11 TRE 5 PORTAS	999 416\$00	1 370 000\$00
AX SPORT 3 PORTAS	1 179 088\$00	1 679 970\$00
AX GT 3 PORTAS	1 122 056\$00	1 670 000\$00
AX 14 TZS 3 PORTAS	972 484\$00	1 495 000\$00
AX 14 TRS 5 PORTAS	1 028 039\$00	1 560 000\$00
C 15, FAMILIAR	991 079\$00	1 460 000\$00
C 15, CARGA	1 003 794\$00	1 178 590\$00
BX 16 RS BREAK EVASION P1	1 567 971\$00	2 559 510\$00
BX 16 RS BREAK EVASION P2	1 696 681\$00	2 710 100\$00
BX 16 TRS PACKAGE 1	1 481 390\$00	2 458 210\$00
BX 16 TRS PACKAGE 2	1 541 595\$00	2 528 650\$00
BX 14 RE	1 301 544\$00	1 880 000\$00
BX 11	1 174 630\$00	1 575 000\$00
BX 19 GT 16 V	2 246 125\$00	4 950 000\$00
BX 19 TRD PACKAGE 1	1 570 452\$00	4 159 619\$00
BX 19 TRD PACKAGE 2	1 695 753\$00	4 306 221\$00
BX 19 TRD PACKAGE 3	1 871 837\$00	4 512 340\$00
BX TRD TURBO PACKAGE 1	1 972 585\$00	4 464 630\$00
BX TRD TURBO	1 991 380\$00	4 486 620\$00
BX TRD TURBO PACKAGE 3	2 010 406\$00	4 503 880\$00

— A opção pela pintura metalizada, terá um adicional que varia entre os 12 contos e os 52, conforme o modelo.
 — Os sócios interessados em Citroën, podem pedir informações na Sede da ADFA das 12.30 h. às 14 h. através dos Telef. 3462167 e 8595016 após as 19 horas.

Viaturas OPEL

MODELO CORSA	PREÇO BASE	P.V.P.
SW 1.0S 3P	796 740\$00	1 086 245\$00
SW 1.2ST 2P	889 940\$00	1 293 241\$00
SW 1.2ST 3P	867 640\$00	1 267 150\$00
SW 1.2ST 4P	922 340\$00	1 331 149\$00
SW 1.2ST 5P	926 840\$00	1 336 414\$00
GL 1.2ST 3P	920 640\$00	1 329 160\$00
GL 1.2ST 3P (5 vel.)	932 640\$00	1 343 200\$00
GL 1.2ST 4P	968 540\$00	1 385 203\$00
GL 1.2ST 4P (5 vel.)	980 540\$00	1 399 243\$00
GL 1.2ST 4P (super)	1 026 640\$00	1 453 180\$00
GL 1.2ST 5P (super)	1 012 940\$00	1 437 151\$00
GT 1.3SB 3P	1 077 140\$00	1 579 218\$00
GSi 1.6I 3P	1 306 840\$00	2 278 147\$00
MODELO DIESEL		
SW 1.5D 4P	1 135 840\$00	1 812 569\$00
SW 1.5D 5P	1 137 640\$00	1 814 675\$00
GL 1.5D 5P (Turbo)	1 307 640\$00	2 013 575\$00
GT 1.5TD 3P (Turbo)	1 373 540\$00	2 090 678\$00
MODELO KADETT		
LS 1.2S 3P	1 090 490\$00	1 528 440\$00
LS 1.2S 5P	1 134 990\$00	1 580 505\$00
LS 1.3S 3P	1 154 690\$00	1 670 507\$00
LS 1.3S 4P	1 243 590\$00	1 774 520\$00
LS 1.3S 5P	1 199 990\$00	1 723 508\$00
GL 1.3S 3P	1 302 590\$00	1 843 550\$00
GL 1.3S 4P	1 359 790\$00	1 910 474\$00
GL 1.3S 5P	1 315 390\$00	1 858 526\$00
GL 1.6S 4P	1 543 090\$00	2 555 115\$00
LS 1.6D 4P (Diesel)	1 440 390\$00	2 435 377\$00
KADETT LUXO		
GL 1.3S 4P	1 551 090\$00	2 134 295\$00
GL 1.3S 5P	1 506 690\$00	2 082 347\$00
KADETT CARAVANS		
LS 1.3S 5P	1 360 000\$00	1 896 464\$00
GL 1.6S 5P	1 580 000\$00	2 584 043\$00
LS 1.6D 5P	1 480 000\$00	2 467 465\$00
OPEL VECTRA		
GL 1.4NV 4P	1 542 700\$00	2 205 180\$00
GL 1.4NV 5P	1 589 700\$00	2 260 170\$00
GL 1.6SV 4P	1 713 500\$00	2 756 080\$00
GL 1.6SV 5P	1 760 500\$00	2 811 070\$00
GLS 1.6SV 4P	1 836 600\$00	2 900 107\$00
GLS 1.6SV 5P	1 883 600\$00	2 955 097\$00
DIESEL		
GL 1.7D 4P	1 886 800\$00	3 005 805\$00
GL 1.7D 4P (metalizado)	1 926 400\$00	3 055 647\$00
MODELO OMEGA		
Omega GLS 2.0I 4DR (Met.)	2 466 400\$00	5 328 103\$00
Omega GLS 2.0I 4DR (Met.) Tecto Abrir	2 576 400\$00	5 456 803\$00
Omega GLS 2.0I 4DR (Met.) Ar Condic.	2 699 800\$00	5 601 181\$00
Omega LS 2.3D 4DR (Sol)	2 012 100\$00	6 859 797\$00
Omega LS 2.3D 4DR (Met.)	2 056 800\$00	6 912 096\$00
Omega GLS Caravan (Met.)	2 573 700\$00	5 453 644\$00
Omega GLS Caravan (Met.) Tecto Abrir	2 683 700\$00	5 582 341\$00
Omega GLS Caravan (Met.) T. Abr. Ar. Con.	2 917 100\$00	5 855 422\$00

Alguns dos preços aqui apresentados, não contemplam as cores metalizadas, mas, se for essa a sua opção, os preços variam entre os 17 300\$00 e 44 700\$00 conforme o modelo.

Os sócios interessados em viaturas OPEL, podem pedir informações na Sede da ADFA das 12h30 às 14h00, através dos Telefones 3462167 e 8595016, após as 19h30.

O LEÃO

As instalações que tinham no quartel pertenciam à companhia carbonífera de Moçambique. Situavam-se junto às separadoras de carvão. Eram umas casas velhas, quase em ruínas. Nós bem tentámos reparar estas instalações, mas não havia engenheiro nem boa vontade que chegasse para as transformar em condições minimamente habitáveis. Balneários não existiam, os sanitários era o campo e o refeitório não passava dum pequeno alpendre coberto com capim tendo no interior uma tábuas pregadas que serviam de mesas.

O comer era feito nas cozinhas de campanha ou nuns pequenos bidons que adaptámos para o efeito.

A lenha para fazer a comida e ferver a água que bebíamos, tinha de ser angariada pelas nossas próprias mãos. Havia muita pelos arredores, mas o pessoal por não a querer transportar às costas, preferia ir buscá-la bem longe. Nas camionetas era mais cómodo e também uma forma de estar ausente durante algumas horas da vida miserável que se levava naquele aquartelamento.

Para desempenhar essa tarefa havia sempre voluntários. Andava-se por lá uma tarde, muitas vezes um dia. E que gozo que davam as viagens.

Tudo era motivo para chacota, mesmo quando se tratava da mordidela dum lacrau ou duma cobra. Os nomes que chamávamos à vítima e a forma como esquarterávamos o local da mordidela, são inarráveis. Havia até quem não acusasse a picada da dessa bicharada, quem suportasse as dores horríveis que elas provocaram só para

não ouvir nem cair nas mãos da malta.

Uma das gratas recordações que tenho dessas idas à lenha teve como personagem um leão.

Vínhamos já de regresso com a camioneta carregada. Saíamos do meio da mata e entrávamos do meio da mata e que se reconhecia apenas pelo capim machucado do rodado dos carros.

Em cima da carroceria da camioneta sentados sobre a lenha íamos dez homens e dentro da cabine três incluindo o motorista.

Vínhamos devagar e, após uma curva pronunciada deparámos com um leão sentado no meio da estrada. Assim que o vimos soltámos um «Ah!» de espanto e o condutor como precaução foi afrouxando a marcha, parando mesmo a uns quinze metros do bicho.

Todos os olhares se fixaram então no bonito animal. Estava sentado sobre o capim e apoiava-se nas patas da frente. A juba chegava-lhe a meio do dorso caindo-lhe desgredhada sobre o peito. Fixava-se calmamente, passeava o olhar pela selva e pelo espaço e ia-se coçando com os dentes. Tudo muito lento, muito sereno com uma descontração admirável.

— Vamos matá-lo!

— Embora, vamos a isso.

— Vamos. Os dentes e as unhas dele valem uma fortuna.

— Eu por mim vou ficar com a pele.

— Calma, calma, não façam isso, pelo amor de Deus não façam isso. Podemos errá-lo e é morte certa. Vocês não sabem de quanto pode um leão ferido ou assanhado.

— Qual quê? Se dispararmos todos uma rajada ao

mesmo tempo, ele não vai nem levantar a cabeça.

— Isso é o que vos parece. Eu já tive uma experiência com um tigre e não a quero repetir.

Falava-se baixinho, de maneira a que o bicho não ouvisse.

Alheio a tudo, apenas metido consigo e com o seu mundo, o animal lá continuava sereno a olhar as margens da estrada e a coçar-se.

A imagem de tranquilidade que apresentava começava a contrastar com a nossa.

Não sabíamos como estar nem o que fazer. As mãos já transpiravam agarradas à corronha da espingarda. — Recua a camioneta pá? Não vês que já estamos quase em cima da fera. Ela é capaz de atirar um salto e cair aqui em cima de nós.



— Sim, sim, ninguém nos diz que não esteja com fome.

Não se sabe se o condutor o teria feito de propósito, a verdade é que ele ligou a ignição por várias vezes e o motor não trabalhava.

— E agora se ele avança! Que fazemos!

O espectro instalava-se em todos. O momento era considerado grave. Toda a gente tirou a baioneta e a colocou na ponta da arma.

— Se ele salta disparem de rajada e piquem-no com as baionetas.

Já tinha decorrido mais de um quarto de hora sem que nada se alterasse.

Cada um alvitrava sua coisa mas não se chegava a um consenso.

O leão, esse, continuava alheio a tudo, a fazer descontraido os mesmos gestos.

A certa altura o bicho levantou-se, abriu a boca e olhou-nos. Sacudiu a cabeça, a juba, voltou-se para a margem esquerda da estrada deu alguns passos e voltou a sentar-se a cerca de uns dez metros já dentro da selva.

— Vá arranca agora!

— Sim, sim aproveita, vamos embora.

Desta vez o carro pegou à primeira. E, conforme se ia afastando rapidamente, nós íamos olhando e apontando as armas ao bicho. Situação que só desfizemos quando nos encontrávamos já a duzentos ou trezentos metros, quando demos um suspiro de alívio e murmurámos em uníssono:

— Apre? Desta já nos safámos.

FIM

Sabem, ou reconhecem, quem é este nosso consócio? Pois bem, trata-se de SÁ FLORES que assim regressa à prosa, forma literária onde já publicou «Sol da Noite» e «Cabanas da Liberdade».

UMA NOTA FINAL NESTE «PONTO DE ENCONTRO»

Neste número de ELO fica bem exemplificado o que pretendemos ao abrir este espaço: dar a possibilidade a cada um de ser ele a preencher-lo, com a sua experiência, a sua «vivência» e onde, como diria Sá Flores, outros se possam identificar.

ESCREVAM! Nós publicaremos.

AVISOS

TELEFONES DA SEDE — alteração

Com algumas pessoas já poderão ter verificado, os números de telefone da Sede foram alterados, passando a ser os que seguem:
346 21 67 - 346 21 68

QUOTAS — Acto eleitoral

Recorda-se aos associados que, para além de outros motivos, deverão ter as suas quotas em dia com vista a poderem votar no acto eleitoral que se aproxima. Relembra-se, também, que por deliberação da AGN de 16 Abril-88, foram actualizadas as mesmas para 150\$00/mês.

ELO — assinatura

Tal como já indicado no último número, a assinatura anual de o ELO foi ajustada, face ao enorme aumento de custos, para 500\$00/ano.

Aquisição de Viaturas

Açendimento aos sócios:

Sede: dias úteis das 16 às 18 horas.

Porto: primeiro sábado de cada mês.

Restantes Delegações: de acordo com os pedidos.

Delegação do Porto compra de viaturas «Renault»

Os sócios que pretendam adquirir viatura da marca «Renault» poderão contactar com o delegado de vendas da ADFA, sócio António Bernardes, no dia 6 de Maio, das 10 às 16 horas, nas instalações da Delegação, devendo no entanto telefonar antecipadamente para a mesma, através do número 82 97 44, para que seja feita a marcação de entrevista.

Venda de viaturas para deficientes Documentação Necessária Def. Civis ao Abrigo do Decreto-Lei 235/D de 1 de Junho 83

1 — Atestado ou declaração de incapacidade passado pelo centro de Saúde da área da residência.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticadas pelo Notário.

3 — Fotocópia da carta de condução autenticada pelo Notário.

4 — Comprovação da liquidação do imposto complementar dos últimos 3 anos ou declaração passada pelas finanças como esteve isento.

Documentos Necessários para os Def. Forças Armadas ao Abrigo do Decreto-Lei 43/76 20 Janeiro

1 — Declaração de incapacidade passada pelo ramo das Forças Armadas a que pertence.

2 — Fotocópia do B.I. e n.º de Contribuinte autenticados pelo Notário.

Pensões de sobrevivência — QP

Houve tempo em que muito se falou, perante a onda crescente de mecanização e informatização dos meios de trabalho, e até de lazer, do perigo da subordinação do Homem à máquina.

É evidente que se tal evolução for levada ao exagero, sem conta peso e medida, se poderá cair numa situação desagradável. Veja-se, por exemplo, uma certa escravização ao chamado «pequeno écran», entre outros casos, e compreender-se-á onde queremos chegar.

É que tudo tem verso e reverso.

Tomemos em atenção o que vamos relatar e convenhamos que se a informática trouxe grandes benefícios aos serviços de toda e qualquer empresa ou entidade, haverá que ter muito cuidado em fornecer e/ou analisar os dados necessários, pois a demasiada «generalização» de tratamentos pode levar a erros.

Em Agosto ou Setembro de 1987 dirigiu-se à ADFA a nossa associada Maria Ermelinda Assunção Rosa, viúva de um pensionista de Reforma Extraordinária, a qual havia recebido indicação da

Caixa Geral de Depósitos que embora lhe competisse pensão definitiva do Montepio dos Servidores do Estado, por morte do subscritor, haveria que devolver a quantia de, nada mais nada menos, 307 326\$00, dívida de retroacção por quotas atrasadas.

Imediatamente o serviço de Contencioso da Associação analisou o assunto e logo em princípios de Outubro do mesmo ano enviou ofício/exposição à Administração da CGD, dado ter verificado, por consulta do Estatuto de Sobrevivência, que não haveria suporte legal para tal desconto. Pelo interesse que tais considerandos podem ter para casos presentes ou futuros (e até passados), transcrevem-se os mesmos na íntegra:

«a) Consultado o Estatuto de Sobrevivência pode constatar-se no n.º 3 do art.º 28.º que, no caso de pensão extraordinária de aposentação ou de reforma (que era o caso do extinto subscritor), a pensão de sobrevivência será igual a metade daquela, independentemente do tempo de inscrição no Montepio;

b) Também da leitura da alínea b) do seu art.º 15.º, se conclui que as

sentença extraordinária, não há lugar à fixação e pagamento de dívida, já



A nossa consócia expondo o seu assunto no Contencioso da ADFA

quotas são devidas desde a data da inscrição até ao dia em que o contribuinte passar à situação de aposentado ou reforma.

c) Ora o extinto, marido da pensionista, encontrava-se precisamente na situação de reforma extraordinária.

d) Neste contexto...

Foi com grande satisfação que se veio a saber que, em Fevereiro deste ano, a Caixa Geral de Depósitos deu razão à ADFA, revogando a sua resolução anterior, dizendo, nomeadamente:

«Com efeito, em virtude de se tratar de uma pensão de sobrevivência legada por servidor titular de uma pensão de apo-

que aquela regalia não depende do tempo de contribuição para o M. S. E.»

À nossa associada serão, agora, devoldidas as importâncias indevidamente descontadas.

Aproveitamos para chamar a atenção dos sócios para a existência, na Associação, de serviços de contencioso e apoio jurídico, a quem devem recorrer sempre, e logo, que se verifiquem situações que julguem menos esclarecidas, injustas ou erradas. Quanto mais tempo decorrer entre o seu aparecimento e a sua apresentação, mais difícil e moroso se tornará resolvê-las.

Viaturas RENAULT

PREÇOS NAS CORES OPACAS

MODELOS	PREÇO BASE	P. V. P.
Renault 4 GTL	788 171\$00	1 115 514\$00
Renault 5 Campus 3 p	835 652\$00	1 107 700\$00
Renault 5 Campus 5 p	882 268\$00	1 162 241\$00
Renault 5 TL 3 p	909 555\$00	1 257 534\$00
Renault 5 TL 5 p	957 555\$00	1 313 694\$00
Renault 5 GTR 3 p	968 497\$00	1 389 886\$00
Renault 5 GTR 5 p	1 016 497\$00	1 446 046\$00
Renault 5 GTD 5 p	1 320 504\$00	2 277 351\$00
Renault 5 Turbo	1 923 931\$00	2 640 545\$00
Renault 5 GTX 3 p	1 179 124\$00	1 769 121\$00
Renault 19 19 TR 3 p	1 118 323\$00	1 565 183\$00
Renault 19 TR 5 p	1 178 011\$00	1 635 018\$00
Renault 19 GTS 5 p	1 260 102\$00	1 857 845\$00
Renault 19 TSE 5 p	1 418 516\$00	2 043 190\$00
Renault 19 GTD 5 p	1 500 968\$00	4 036 112\$00
Renault 21 GTL	1 496 981\$00	2 141 013\$00
Renault 21 GTD	1 751 139\$00	6 166 648\$00
Renault 21 TDX	2 077 962\$00	6 549 013\$00
Renault 21 Nevada 5 lug.	2 113 162\$00	6 590 215\$00
Renault 21 Nevada 7 lug.	2 187 614\$00	6 677 323\$00
Renault 25 TDX	3 077 707\$00	7 718 732\$00

Transferência: 3900\$00.

Os preços aqui apresentados não contemplam as cores metalizadas. Cores metalizadas variam entre os 18 000\$00 e 26 000\$00 mais, conforme o modelo.

Todos os sócios interessados nas viaturas da gama RENAULT podem pedir informações na sede ou nas nossas delegações.

FMAC - 13.ª REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DOS ASSUNTOS EUROPEUS



Conforme noticiado no ELO de Março, realizou-se em Alttann, na RFA, de 31 de Março a 2 de Abril, a 13.ª reunião da CPAE, a que estiveram presentes, pela ADFA, os sócios José Arruda e Couceiro Ferreira (na impossibilidade de Maria Natália Dias Simões Soares e Mário Soares Dias, anteriormente indicados).

— *Cruz Vermelha Internacional* — ampliar os contactos e a cooperação com esta entidade;

— *Instituições europeias* — decidido acabar com o sistema de rotatividade às suas reuniões, nomeando representantes permanentes junto do Conselho da Europa e da Comissão da Comunidade Europeia (organi-

res e colonizados», apadrinhando novas filiações. Apreciada com muito interesse a intenção da ADFA em se reunir com as associações de Angola, Guiné e Moçambique;

— *Acto Único Europeu* — resolvido iniciarem-se estudos profundos sobre as consequências, para os ex-combatentes e vítimas

de guerras, da entrada em vigor, em 1991, deste documento, remetendo-se para Malta a respectiva análise.

de guerras, da entrada em vigor, em 1991, deste documento, remetendo-se para Malta a respectiva análise.

À esq.: Aspecto geral da mesa da presidência

Em baixo: A Delegação da ADFA com outros congressistas, nomeadamente o sr. Balamane (Assuntos Africanos)



Embora se aguarde os relatórios finais da nossa Delegação e do Secretariado-Geral da FMAC, não queremos deixar de, em resumo breve, dar uma ideia dos assuntos tratados e das resoluções tomadas.

Contando com a participação de mais de meia centena de representantes da Áustria, República Federal da Alemanha, Dinamarca, Inglaterra, Finlândia, França, Itália, Jugoslávia, Holanda, Portugal, URSS (pela primeira vez), Espanha e Turquia, para além da presidente da Comissão das Mulheres/FMAC (EUA) e do secretário-geral da Comissão Permanente de Assuntos Africanos (Argélia), os trabalhos dividiram-se em três grandes grupos, que trataram de vários assuntos, nomeadamente:

1) Cooperação Europeia
(Presidente: sr. Kingma/Holanda.)

— *Segurança na bacia do Mediterrâneo* — marcar para Dezembro, em Malta, a apreciação de um documento que sobre o assunto o secretário-geral da FMAC, sr. Wourgt-França, elaborará;

— *Carta de Helsínquia* — exortar os países membros no seguimento da Resolução 21 da 19.ª assembleia-geral, a procurarem sensibilizar os respectivos Governos para o cumprimento dos preceitos e princípios enunciados neste importante documento;

— *Comissão de Coordenação sobre o Desarmamento* — procurar que a sua próxima reunião, reforçando o clima de desanuviamento mundial existente, se realizasse em Moscovo;

zações não governamentais), e

— *próxima reunião* — Malta, Dezembro de 1989.

2) Assuntos Sociais
(Presidente: sr. Morizio/França)

— *Centro Internacional da FMAC para Informação Médico-Social* — o Governo finlandês apoia a instalação de um «banco de dados» mundial sobre «stress de guerra», o qual poderá entrar em funcionamento em breve;

— *Legislação* — dar seguimento às propostas da V Conferência Internacional sobre Legislação, Bad-Ischl, (nomeadamente as apresentadas por Portugal), motivando Governos e procurando criar-se, a nível internacional, uma «Carta do Combatente»;

— *Assistência às novas vítimas de guerra* — estudar as possibilidades de pôr em prática a Resolução 7 da 19.ª assembleia geral sobre esta matéria;

— *Cooperação entre as Comissões Europeia e Africana* — decidido incrementar os contactos e apoios, em plena igualdade, recusando-se «ricos e pobres» e/ou «colinizado-

de guerras, da entrada em vigor, em 1991, deste documento, remetendo-se para Malta a respectiva análise.

3) Suporte Financeiro
(Presidente: sr. Karrer/Áustria)

— pedido aos países membros que informassem o Bureau Executivo, de nomes de entidades que possam apoiar financeiramente a Comissão.

Entretanto, como em tantas outras reuniões do género, os contactos paralelos são tão ou mais importantes do que os próprios trabalhos.

No caso presente, a nossa delegação encontrou-se com o secretário-geral, o qual, tendo sido convidado a visitar, em breve, Angola e Moçambique, manifestou interesse em ser acompanhado por um elemento da ADFA nessa deslocação.

Também o sr. Balamane, presidente da Comissão dos Assuntos Africanos, considerou de grande importância a conferência a realizar em Portugal com alguns dos PALOP, tendo sido convidado a estar presente.

Por sua vez, o dr. Sonntag, presidente da Asso-



ASSEMBLEIA GERAL

Conforme convocatória publicada no ELO de Março, realizou-se no Palácio de Independência, no dia 15 de Abril, a Assembleia Geral Nacional, nos termos do Art.º 27.º dos Estatutos da ADFA.

mais importante (Consolidado — Balanço analítico), opta-se, este mês, por apresentar os «Relatório técnico sobre as contas do exercício de 1988, da DC e «Parecer do Conselho Fiscal Central».



Com início cerca das 14H30 e termo pelas 19H30, foram, conforme Ordem de Trabalhos, tratados os seguintes assuntos:

1 — Apreciação e votação do «Relatório de Actividades» do Conselho Nacional, relativo ao exercício de 1988 — aprovado por maioria absoluta;

2 — Apreciação e votação do «Relatório de Actividades e Contas» da Direcção Central e respectivo «Parecer» do Conselho Fiscal Central, relativo ao exercício de 1988 — aprovados por maioria absoluta, com proposta de louvor, e aprovação, ao Conselho Fiscal Central;

3 — Actualização da quota para 1990 — aprovado, por maioria absoluta, o novo quantitativo de 200\$00/mês;

4 — Informação relativa à construção da nova Sede Social da ADFA — pela DC foi feito desenvolvimento da situação actual (ver também notícia sobre 15.º aniversário), realçando bem o formidável desafio que se coloca à ADFA num momento como este, em que todos têm que ser mais propondo-se, desde já, a formação de uma Comissão para estruturar uma campanha de angariação de fundos, nomeadamente a nível interno;

5 — Apreciação e decisão sobre os factos referentes ao Processo do sócio Jorge Martins Pires, conforme deliberação da Assembleia Geral da Delegação do Porto — aprovada a sua exclusão.

Na impossibilidade de transcrever todos os documentos e mapas referentes aos Relatórios em apreciação, já se tendo publicado, em Março, o

PARECER DO CONSELHO FISCAL CENTRAL

1 — Nos termos da alínea c) do art.º 45.º dos Estatutos da A.D.F.A., cabe ao Conselho Fiscal Central dar parecer sobre o relatório e contas da Direcção Central, referente a 1988.

2 — O Conselho Fiscal Central acompanhou as actividades da A.D.F.A. fundamentalmente a nível da Sede, mas sem esquecer as Delegações, tendo em algumas sido realizadas reuniões de trabalho com o objectivo de sensibilizar em particular quanto ao cumprimento



dos Estatutos e quanto à necessidade de uma acção mais fiscalizadora por parte dos Conselhos Fiscais de Delegação. De facto, impõe-se uma consciencialização da necessidade de reforço da disponibilidade dos Órgãos associativos, pois a dimensão da Associação e os montantes envolvidos não se compadecem com um regime de indisponibilidade de quase permanente ou com a boa vontade de quem mais não tem para dar.

ASSEMBLEIA GERAL NACIONAL

Conforme convocatória publicada no ELO de Março, realizou-se no Palácio de Independência, no dia 15 de Abril, a Assembleia Geral Nacional, nos termos do Art.º 27.º dos Estatutos da ADFA.

mais importante (Consolidado — Balanço analítico), opta-se, este mês, por apresentar os «Relatório técnico sobre as contas do exercício de 1988, da DC e «Parecer do Conselho Fiscal Central».

3 — O Conselho Fiscal Central, também se pronunciou sobre as questões que lhe foram submetidas pela Direcção Central e fez as recomendações que julgou necessárias, designadamente, a necessidade

de M.D.N. para o arranque das obras.

— A luta por uma legislação mais justa e adequada, ficou aquém das expectativas criadas. Não obstante, o bom relacionamento com o M.D.N., ainda não foi no ano transacto que se verificou qualquer alteração legislativa tendente a modificar a discriminação existente, entre deficientes em campanha e deficientes em serviço.

5 — A análise das contas do ano de 1988, levamos a realçar alguns aspectos:

— A satisfação aos reparos efectuados no parecer sobre o relatório e contas de 1987, dos quais destacamos: a liquidação das dívidas à Previdência na Delegação do Porto e a criação de amortizações na Sede, apresentando o imobilizado um valor mais de acordo com a realidade.

— O aumento das despesas com o pessoal em relação ao ano anterior foi de 12,3%, no entanto, a relação Despesas com Pessoal/Custos Totais, apresenta um ligeiro decréscimo passando de 38,4% em 1987 para 38,2% em 1988. O elevado peso das despesas com pessoal na estrutura dos custos, deverão continuar a merecer muita atenção, tendo presente o binómio custo/eficiência, apesar das características do nosso tipo de organização.

— A descida verificada na relação, subsídio do M.D.N./total das receitas, que passa de 27% em 1987 para 23,8% em 1988, o que é bastante significativo na perspectiva da autonomia financeira.

6 — Nestas condições o



Com início cerca das 14H30 e termo pelas 19H30, foram, conforme Ordem de Trabalhos, tratados os seguintes assuntos:

1 — **Apreciação e votação do «Relatório de Actividades» do Conselho Nacional, relativo ao exercício de 1988** — aprovado por maioria absoluta;

2 — **Apreciação e votação do «Relatório de Actividades e Contas» da Direcção Central e respectivo «Parecer» do Conselho Fiscal Central, relativo ao exercício de 1988** — aprovados por maioria absoluta, com proposta de louvor, e aprovação, ao Conselho Fiscal Central;

3 — **Actualização da quota para 1990** — aprovado, por maioria absoluta, o novo quantitativo de 200\$00/mês;

4 — **Informação relativa à construção da nova Sede Social da ADFA** — pela DC foi feito desenvolvimento da situação actual (ver também notícia sobre 15.º aniversário), realçando bem o formidável desafio que se coloca à ADFA num momento como este, em que todos têm que ser mais propondo-se, desde já, a formação de uma Comissão para estruturar uma campanha de angariação de fundos, nomeadamente a nível interno;

5 — **Apreciação e decisão sobre os factos referentes ao Processo do sócio Jorge Martins Pires, conforme deliberação da Assembleia Geral da Delegação do Porto** — aprovada a sua exclusão.

Na impossibilidade de transcrever todos os documentos e mapas referentes aos Relatórios em apreciação, já se tendo publicado, em Março, o

PARECER DO CONSELHO FISCAL CENTRAL

1 — Nos termos da alínea c) do art.º 45.º dos Estatutos da A.D.F.A., cabe ao Conselho Fiscal Central dar parecer sobre o relatório e contas da Direcção Central, referente a 1988.

2 — O Conselho Fiscal Central acompanhou as actividades da A.D.F.A. fundamentalmente a nível da Sede, mas sem esquecer as Delegações, tendo em algumas sido realizadas reuniões de trabalho com o objectivo de sensibilizar em particular quanto ao cumprimento

da efectiva normalização contabilística, tendo em vista obter o máximo rendimento do sistema estatístico-contabilístico, por forma a permitir o lançamento de um planeamento, cada vez mais necessário, dada a dimensão que a A.D.F.A. atingiu.

A revisão contabilística baseou-se, em substância, na observação dos balanços, anexos, documentos justificativos das operações realizadas, solicitados e julgados suficientes, balanço e demonstração de resultados.

4 — **O relatório da Direcção Central está elaborado de forma esclarecedora das actividades desenvolvidas, no entanto, não queremos deixar de salientar:**

— **A capacidade de or-**



dos Estatutos e quanto à necessidade de uma acção mais fiscalizadora por parte dos Conselhos Fiscais de Delegação. De facto, impõe-se uma consciencialização da necessidade de reforço da disponibilidade dos Órgãos associativos, pois a dimensão da Associação e os montantes envolvidos não se compadecem com um regime de indisponibilidade quase permanente ou com a boa vontade de quem mais não tem para dar.

ganização, participação e solidariedade activa desenvolvida na preparação e realização do III Congresso, que povam que somos capazes de resolver os problemas mais graves que afectam todos os deficientes militares.

— **As acções desenvolvidas pela Direcção Central em relação à construção da nova Sede, substanciadas na cedência do terreno pela Câmara Municipal de Lisboa e na entrega de 20 000 contos pela Secretaria de Estado**

Conselho Fiscal Central propõe:

— Que seja aprovado o Relatório e Contas da Direcção Central, referentes ao exercício de 1988.

— **Agradecer à Direcção Central, restantes Órgãos Sociais e todo o pessoal da A.D.F.A., pela colaboração e espírito de diálogo, que facilitaram o exercício das funções do Conselho Fiscal Central.**

A.D.F.A., 13 de Abril de 1989.

O CONSELHO FISCAL CENTRAL

AL NACIONAL

3 — O Conselho Fiscal Central, também se pronunciou sobre as questões que lhe foram submetidas pela Direcção Central e fez as recomendações que julgou necessárias, designadamente, a necessidade



de efectiva normalização contabilística, tendo em vista obter o máximo rendimento do sistema estatístico-contabilístico, por forma a permitir o lançamento de um planeamento, cada vez mais necessário, dada a dimensão que a A.D.F.A. atingiu.

A revisão contabilística baseou-se, em substância, na observação dos balanços, documentos justificativos das operações realizadas, solicitados e julgados suficientes, balanço e demonstração de resultados.

4 — O relatório da Direcção Central está elaborado de forma esclarecedora das actividades desenvolvidas, no entanto, não queremos deixar de salientar:

— A capacidade de or-



ganização, participação e solidariedade activa desenvolvida na preparação e realização do III Congresso, que povam que somos capazes de resolver os problemas mais graves que afectam todos os deficientes militares.

— As acções desenvolvidas pela Direcção Central em relação à construção da nova Sede, substanciadas na cedência do terreno pela Câmara Municipal de Lisboa e na entrega de 20 000 contos pela Secretaria de Estado

do M.D.N. para o arranque das obras.

— A luta por uma legislação mais justa e adequada, ficou aquém das expectativas criadas. Não obstante, o bom relacionamento com o M.D.N., ainda não foi no ano transacto que se verificou qualquer alteração legislativa tendente a modificar a discriminação existente, entre deficientes em campanha e deficientes em serviço.

5 — A análise das contas do ano de 1988, levamos a realçar alguns aspectos:

— A satisfação aos reparos efectuados no parecer sobre o relatório e contas de 1987, dos quais destacamos: a liquidação das dívidas à Previdência na Delegação do Porto e a criação de amortizações na Sede, apresentando o imobilizado um valor mais de acordo com a realidade.

— O aumento das despesas com o pessoal em relação ao ano anterior foi de 12,3%, no entanto, a relação Despesas com Pessoal/Custos Totais, apresenta um ligeiro decréscimo passando de 38,4% em 1987 para 38,2% em 1988. O elevado peso das despesas com pessoal na estrutura dos custos, deverão continuar a merecer muita atenção, tendo presente o binómio custo/eficiência, apesar das características do nosso tipo de organização.

— A descida verificada na relação, subsídio do M.D.N./total das receitas, que passa de 27% em 1987 para 23,8% em 1988, o que é bastante significativo na perspectiva da autonomia financeira.

6 — Nestas condições o

Conselho Fiscal Central propõe:

— Que seja aprovado o Relatório e Contas da Direcção Central, referentes ao exercício de 1988.

— Agradecer à Direcção Central, restantes Órgãos Sociais e todo o pessoal da A.D.F.A., pela colaboração e espírito de diálogo, que facilitaram o exercício das funções do Conselho Fiscal Central.

A.D.F.A., 13 de Abril de 1989.

O CONSELHO FISCAL CENTRAL

NOVO CHEFE DO ESTADO MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS

É o seguinte o texto do telegrama enviado ao general Soares Carneiro, por ocasião da sua nomeação para o alto cargo de Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas:

«A Associação dos Deficientes das Forças Armadas congratula-se com a nomeação e tomada de posse de V. Ex.^a no cargo de Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas, convicta de que no desempenho de tão elevada missão continuará a merecer o empenhamento, o apoio e a amizade que V. Ex.^a sempre tem dispensado à causa daqueles que ao serviço da Pátria, nomeadamente como combatentes, se deficientaram.

O Presidente da A.D.F.A.
José Eduardo Gaspar Arruda»

Na realidade, actos bastante recentes são testemunha do interesse que o general Soares Carneiro, ainda na qualidade de Vice-CEMGFA, tem dedicado à problemática dos deficientes das Forças Armadas, nomeadamente estando presente quer à Sessão de Abertura quer à de Encerramento do III Congresso.

Mas valerá a pena ir um pouco mais atrás e recordar que é a mais alta entidade militar que alguma vez esteve na nossa Sede, ouvindo-nos e preocupando-se com os problemas da casa. Está agora a fazer, precisamente um ano, numa das cerimónias integradas nas comemorações do 14.^o aniversário da ADFA. Por essa ocasião, 12 de Maio de 1988, acompanhado de altas patentes dos três Ramos e representantes de vários Serviços e Unidades, assistiu a um «briefing» alusivo, tendo ainda almoçado no Palácio. Recordemos o que então deixou expresso no Livro de Honra, o general Soares Carneiro:

«Na primeira visita à ADFA, a afirmação de reconhecimento pela grandeza de alma que reve-



lam, pela convicção profunda que transmitem e pelo exemplo que a todos proporcionam.

Inovação, persistência, desafio, vontade, são qualidades bem patenteadas em todas as intervenções que ouvimos e todas patentearam o desejo de promover as pessoas, participar no destino de um País que queremos valorizar e modernizar, afirmando uma solidariedade que a todos nos deve unir.»

Para terminar, poderemos hoje, como ontem, dizer com a Direcção Central, em fim de artigo do ELO de Maio 88:

«Desejamos... expressar aqui o nosso agradecimento ao senhor general Soares Carneiro, e demais personalidades que nos honraram com a sua presença, fazendo votos de que o relacionamento da ADFA com a Família Militar se intensifique cada vez mais.»



15.º ANIVERSÁRIO DA ADFA

Vários serão os actos comemorativos, por todo o País, do 15.º aniversário da ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DAS FORÇAS ARMADAS, que ocorre no mês de Maio próximo.

Dado o facto de Elo, devido à próxima 3.ª feira (dia de semana a que é composto) ser 25 de Abril, ter de sair uma semana mais cedo, não nos é possível informar de todas essas comemorações. No entanto, algumas estão já programadas e, dessas, damos respectivo conhecimento.

SEDE

Dia 11 de Maio —

— 16H — conferência de imprensa, no Palácio da Independência, para apresentação do projecto e maqueta da nova Sede Nacional, pela DC e técnicos. Evidentemente, outros assuntos ligados à problemática da Associação serão, também, tratados;

Dia 14 de Maio —

— 10H30 — partida, da Sede, de uma estafeta, transportando a «1.ª pedra» do novo edifício, com um percurso previsto de Rossio, Av. Liberda-

de, Marquês de Pombal, Av. Fontes Pereira de Melo, Pr. do Saldanha, Av. da República, Campo Pequeno, Entre Campos, Campos Grande, Lumiar, Alameda das Linhas de Torres, Av. Rainha Dona Amélia...

— 12H00 — colocação da «1.ª pedra», com assistência de entidades oficiais e particulares, órgãos sociais da ADFA, sócios e amigos no terreno cedido, pela Câmara Municipal de Lisboa;

— 13H00 — almoço na Sede.

Dia 21 de Maio —

— 08H30 — partida

para o «I Grande Rally-Paper da ADFA» (ver última página), organizado, em colaboração com a Delegação de Setúbal.

PORTO

Dia 6 de Maio —

— «IV Jornada de reflexão e debate» e

Dia 20 de Maio —

— «III Encontro de sócios» em Paredes.

PÉNICHE (Núcleo)

Em 10 de Junho, desporto, almoço e colóquio, em aliciente programa que desenvolveremos no próximo ELO.

Entrevista com Marques Júnior

— ainda o III Congresso

Aproveitando a presença na Sessão de Encerramento, a título particular, no Major Marques Júnior, que como um dos Vice-Presidentes da Assembleia da República, havia estado oficialmente na Sessão de Abertura, em representação do respectivo Presidente. ELO não quis deixar passar a ocasião de ter uma conversa com o que foi o mais novo dos «capitães de Abril»

extraordinariamente interessantes e actuais, o que prova que a Associação não fez um congresso por fazer, mas sim correspondendo ao culminar de um trabalho que vem sendo desenvolvido e que considero excepcional.

Penso que hoje já existem, ou estão a ser criadas, condições para poder resolver alguns dos problemas com que a

nova forma de estar da ADFA.

M. J. — Eu penso que tudo na vida tem as suas etapas, que são evolução e que são importantes. Provavelmente a ADFA que temos hoje, não existiria se não tivesse sido o que foi ontem. E aqui, se quisermos ser justos e correctos, para além de qualquer posicionamento político, temos que aceitar que a Associação foi,

Como já disse, custame muito, nas minhas análises, parar no tempo e por isso reafirmo que, na altura, houve circunstâncias e homens fundamentais para o lançamento da ADFA, provavelmente cumprindo uma missão histórica, que depois teve que ser continuada por outros elementos, em vivência de características diversas.

Mas tudo isto já faz parte da «história» da ADFA e é bom, é fundamental, que as pessoas não se esqueçam que, de facto, e ainda há bem poucos anos, Portugal teve uma guerra que foi demolidora e por onde passou o melhor da nossa juventude de então, com demasiadas mortes e com um elevado número de deficientes para toda a vida.

Consciencializar e colocar a população portuguesa, a Nação, perante um facto que é, também, a sua própria consciência, a sua própria memória, para que não esqueça, não os esqueça, é um imperativo.

servadora, sendo os militares, por definição, umas pessoas disciplinadas, é evidente que qualquer elemento que perturbe esse status, e nós sabemos-lo perfeitamente até pelo próprio 25 de Abril, perturba muito a própria estrutura militar. Desse ponto de vista, sendo a ADFA um elemento que reivindicava, isso assustou algumas consciências dentro do meio. Só que devo dizer que isso foi positivo porque, realmente foi a capacidade de afirmar «Nós estamos aqui! Somos pessoas que não devemos ser lançados para qualquer «gheto» ou ser marginalizadas», «Nós não podemos ser esquecidos!», que alertou para a verdadeira dimensão do problema.

É evidente que esse grito perturbou, e perturba ainda, a consciência e o espírito de muita gente. E sobressaltou os militares, claro. Mas, insisto, acho que foi um abanão extremamente necessário. Só que quando se pode pensar que tal acto é sinónimo ou é passível de ser

se ter referenciado a mesma instituição militar, ao seu nível mais elevado, como acompanhando o tipo de problema que é preocupação da ADFA, pode ser um elemento de ligação importante e pode demonstrar que se ultrapassaram, definitivamente, «períodos» e «perturbações de consciência».

ELO — Para terminar esta conversa, não quer deixar uma palavra especial, uma mensagem para a ADFA, para os camaradas de armas?

M. J. — A única coisa que poderei dizer é o seguinte: por muito que os portugueses façam, por muito que a Nação faça e diga, nunca se conseguirá pagar a dívida de gratidão para com aqueles seus militares que, em cumprimento dum dever da Pátria, se deficientaram, se tornaram os «Deficientes das Forças Armadas».

A minha mensagem só pode ser: continuem a trabalhar, pois estão no bom caminho. Continuem, também, a reivindicar. Mais talvez, do que



Marques Júnior, terceiro da esquerda, na mesa da presidência da «sessão de abertura» do III Congresso

(aliás, então ainda Tenente) e um dos elementos mais conhecidos do Conselho da Revolução.

De camarada para camarada, de amigo para amigo, claro que Marques Júnior não se escusou a responder às nossas perguntas. Dada, no entanto, a extensão da entrevista, não foi possível incluí-la no já tão sobrecarregado caderno do Congresso, em Janeiro, preferindo transcrevê-la agora, não só porque não perdeu actualidade, mas até porque nos parece ainda mais importante, neste momento em que se começam a sentir as análises e a notar alguns resultados.

ELO — Marques Júnior, uma impressão sobre este Congresso.

Marques Júnior — Em primeiro lugar, quero dizer que acho que qualquer Congresso em qualquer associação ou organização, costuma ser um sinal de vitalidade, um sinal de crescimento e um passo de excepcional importância na sua vida, no sentido de pôr as pessoas, em conjunto, a conversar sobre os problemas existentes e a perspectivar as várias soluções que é possível equacionar. No caso da ADFA, que é, de facto, uma entidade que se tem crescentemente implantado e imposto, quer ao nível da sociedade, em geral, quer ao nível dos poderes públicos, em particular, penso que o seu III Congresso será sempre um marco de grande relevância.

As conclusões que aqui foram apresentadas e que eu tive oportunidade de ouvir, parecem-me

ADFA, em particular, e os deficientes, em geral, se têm debatido ao longo dos tempos. Algumas das medidas que a nível da própria Assembleia da República estão a ser implementadas, podem ser um pano de fundo importante e criar um quadro jurídico-legal capaz de dar solução a esses mesmos problemas.

Se conseguirmos pensar que a questão da deficiência é, fundamentalmente, uma questão de reabilitação e integração social e que a sua resolução não se limita a haver, pura e simplesmente, uma simples política de subsídios, se conseguirmos, portanto, dar esse salto qualitativo, creio que estamos no bom caminho. Espero é que os poderes públicos, nomeadamente o Governo, sejam capazes de levar a teoria à prática, porque se o que é pensado e decidido, pode ser muito bonito, a sua concretização apresentará, por vezes, algumas dificuldades.

ELO — Pode-se depreender, pelo que aqui assistimos, e passados que foram tempos mais ou menos complicados da vida portuguesa, de que a ADFA terá sido reflexo, que existe uma nova maneira de encarar a Associação dos Deficientes das Forças Armadas?

Digo isto, porque ainda hoje encontramos pessoas, mesmo em cargos públicos, que se agarram a tempos «históricos», que estão ultrapassados, para não quererem ajudar ou não quererem ver uma

de facto, um reflexo da situação complicada que se viveu em Portugal. Só que não se pode parar no tempo e perspectivar em termos estáticos. Se há alguma coisa que devamos considerar, é uma grande palavra de agradecimento e de homenagem aos primeiros que tiveram a capacidade para implantar, para desenvolver e tornar conhecida a ADFA, criando as estruturas e o «status» que lhe permitiram, depois, continuar.

É evidente que a ADFA não ficou imune a influências e circunstancialismos de ordem vária, como o não ficaram, praticamente, quaisquer outras organizações. Ningué, com honestidade, poderá dizer «desta água não bebi» ou «desta água não beberei!» Foi, de facto, um processo que atingiu tudo e todos, mas é uma etapa que deve ser equacionada como importante na história da ADFA, a qual, ultrapassada, lhe permite apresentar-se aos olhos da opinião pública, como aliás acontece com outras entidades, como uma força real e um corpo que tem uma missão fundamental a cumprir.

Muito concretamente em relação à pergunta —, se do ponto de vista político já não existem determinados preconceitos contra a ADFA —, penso que isso seja verdade. Julgo, realmente, que hoje se olha a Associação dos Deficientes das Forças Armadas de uma forma diferente do que se olhava anos atrás, dado até que toda a situação, em Portugal, é diferente.



Marques Júnior, num dos intervalos dos trabalhos do III Congresso, em conversa com elementos dos órgãos sociais da ADFA

ELO — Falámos, até agora, de poderes públicos. No entanto, devido às mesmas razões, certas forças dentro do meio militar, punham, também, bastantes reservas em relação à ADFA. Acha que isso também se alterou?

M. J. — Sendo a instituição militar, a sociedade militar, se assim se poderá dizer, uma organização com características muito especiais, todos os desenvolvimentos, todas as dificuldades e todas as perturbações políticas, aí têm um reflexo muito maior e muito particular. Possuindo uma estrutura que é, em si mesma, con-

apresentado como ponta de lança de partidos políticos, como manipulação a nível de Forças Armadas, a perturbação e o receio ainda são maiores.

Creio que hoje, devido à maturidade da vida portuguesa, passados que são 15 anos sobre o 25 de Abril, existe uma maior compreensão de todos estes fenómenos e a instituição militar tende, também, a normalizar-se, nessa forma de ver. Aliás, fiquei bem satisfeito por ver isso espelhado neste Congresso, já que creio que, para além de simples questão formal, sempre presente nestas ocasiões e circunstâncias, o facto de ser

reivindicar, a exigir, a fazer com que, permanentemente, os poderes públicos e políticos, os camaradas não deficientes, toda a gente, enfim, tomem perfeita consciência dos problemas que existem, no sentido de se encontrarem, de facto, as melhores soluções.

De forma sintética, no fundo, a minha mensagem é esta: *continuem a trabalhar no sentido de afirmar, em permanência, «nós estamos aqui», «nós estamos presentes», «NÓS EXISTIMOS!» É a melhor maneira de tornar todas as pessoas conscientes das responsabilidades que têm.*

PONTO DE ENCONTRO

Bom, afinal parece que sempre os nossos leitores começam a comparecer ao nosso Ponto de Encontro.

É com grande orgulho, e respeito, que hoje aqui trazemos a carta recebida de Armando Maria Garcia, de Sines, a quem enviamos um forte abraço.

«Camaradas:

Ao ler no ELO o «Ponto de Encontro», vieram-me à ideia muitas cenas da minha comissão em África.

Sei que alguns dos meus companheiros da 2415 — SPM 4594, vão ler estas recordações que tenho todos os dias na cabeça.

A nossa comissão começou em Lione, Moçambique, na quadrícula de Chala. Depois fomos então para a «intervenção», que era de Vila Cabral, para Maçangulo. E foi em Maçangulo que tive um dos maiores desgostos da minha vida militar.

Estou a ver os factos com alguns colegas, a dizer que não queria ir para padeiro, que preferia o mato, quando aqueles que queriam, e tiveram, a independência, os Macondes, nos atacaram de três lados. Eu atirei-me para cima das cinzas e das brasas, de que ainda tenho sinais. Quando o ata-

que terminou, fui saber se tínhamos alguma baixa e qual não foi a minha grande mágoa quando me disseram quem estava muito ferido era o Joaquim Marcelino. Não pensei em mais nada, vou a caminho da enfermaria onde ele estava numa maca. Falo ao meu furiel-enfermeiro, que era o Vale, e ele diz-me que o Marcelino precisava era de sangue, senão vinha a falecer. Despi a minha camisa e disse: pode tirar todo o que fizer falta porque quero o Marcelino vivo. O Vale perguntou se eu tinha alguma doença, ao que disse que tinha o paludismo. Não pude dar, e não sei se mais algum foi voluntário. Só sei que o Marcelino veio a falecer às 22.30 horas.

Pois o Marcelino era como meu irmão e perdi todo o interesse pela guerra de Moçambique, por isso ou por outra coisa. Mais tarde não morri também, porque tive sorte. Peço-vos que isto venha publicado porque é a pura verdade.

O Marcelino e eu éramos dois numa só pessoa, o que eu tinha era dele, o que ele tinha era meu.

Após vinte anos, que faz agora no mês de Julho, não posso esquecer

tantas alegrias que dei àquele rapaz. Quando vejo o álbum, choro por ele, e por outro, que um dia mais tarde conto.

Nós éramos os «Três Mosqueteiros», e voltei sozinho, sem a amizade querida daqueles, que tão amigos éramos.

Mas daquele ataque que tivemos em Maçangulo, de vez em quando tenho aquele pesadelo na cabeça.»

ARMANDO MARIA GARCIA
Sócio 3039

25.º Aniversário do BART 639

Quase em «última hora», se ainda couber, um resumo da notícia que nos trouxe o sócio José Pereira Cardoso (8902).

Com «berço» no RAP 2, o BART 639 (CCS e CARTS 636, 637 e 638), embarcou para Moçambique em 1 de Abril de 1964, tendo regressado em Novembro de 1966.

Em comemoração do seu 25.º aniversário, efectuaram-se várias cerimónias, entre as quais uma missa de sufrágio pelos mortos do Batalhão, na igreja da Serra do Pilar, tendo sido depositada uma coroa de flores no Monumento dos Mortos, pelos Comandantes das Companhias 636 e 637, visitando-se depois as instalações do Regimento.

Seguidamente houve almoço de convívio num restaurante próximo, à beira-mar, em que participaram mais de 250 pessoas, entre ex-combatentes e seus familiares, projectando-se também um filme com passagens do Batalhão em Moçambique. Tendo sido cunhada uma medalha comemorativa, procedeu-se à sua distribuição, usando da palavra o Comandante da 637, prolongando-se a jornada de confraternização pela tarde dentro, com fados e guitarradas.



UMA VISITA...

O prazer de uma visita, a boa disposição de uma vida, o associativismo de um ex-combatente da 1.ª Grande Guerra.

Em 17 deste mês deu à ADFA, mais uma vez, o prazer da sua visita, almoçando na Sede, o sócio 629, António Máximo de Oliveira Júnior, nascido em Arronches, em

17SET1896 que, para além de nos confidenciar que uma das suas maiores alegrias seria ver construída a nova Sede, nos deixou a seguinte poesia:

OFERTA DE UM CAMARADA

Continuo a ser soldado,
Ser militar não se nega,
Apesar de reformado,
Continuo a ser colega.

Comigo isso se passa,
Tenho brio dentro de [mim],
Sou feito de boa massa,
Tenho alma até ao fim.

São assim os do meu [tempo],
Firmes como uma rocha,
Para cumprir o [juramento],
Quando se alistaram [na tropa].

E até depois de morto,
Quando for a enterrar,
Eu quero para cima [do corpo],
A Bandeira para o tapar.

António Máximo, ex-1.º cabo 446 de Infantaria 22.

E prosseguimos o nosso «PONTO DE ENCONTRO» de hoje, trazendo até vós o consócio n.º 566, Albertino Flores Santana, de que transcrevemos o «Prefácio» e o conto «O Leão» do livro a publicar, «Vivências no Capim».

Prefácio

Ter memória curta é uma expressão que costuma usar

-se quando determinados acontecimentos vão caindo no esquecimento.

Não sei bem quanto essa preocupação me terá influenciado para fazer este trabalho. A verdade é que «Vivências do Capim» é uma narração de factos verídicos ocorridos na Guerra Colonial, mais propriamente durante a Comissão Militar que fiz em Moçambique.

Escrever não deve ser apenas um encadear de palavras bonitas, deve ser também um abordar de factos cuja virtude ou injustiça possa influenciar positivamente a Humanidade no caminho da paz.

«Vivências no Capim» não tem pretensão de falar de tudo quanto foi a guerra colonial. Ele é o retrato dum participante... e quando muito será uma gota desse tenebroso oceano.

A simplicidade da linguagem, o ritmo e a musicalidade deste trabalho são pedras fundamentais que fazem dele um livro ao alcance do cidadão comum.

«Vivências no Capim» é um trabalho simples mas responsável. Estou certo que muita gente se irá identificar nele.

Ao leitor fica, pois, o convite para me acompanhar na viagem que faço através da África, mais propriamente de Moçambique em meados dos anos sessenta.

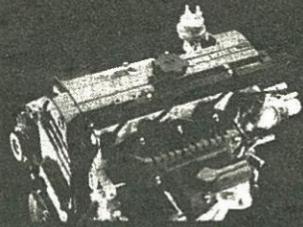
As «Vivências» são as janelas de onde colhi as imagens, o «Capim» o átrio onde as personagens evoluíram.

RENAULT 19

TECNOLOGIA MAIS QUE PERFEITA

A tecnologia é a alma de um automóvel. É aquilo que o distingue dos outros. Por isso, a tecnologia num automóvel é fundamental. Daí que, em todos os domínios, o Renault 19 apresente inovações tecnológicas das quais se salienta a concepção do motor Energy. Um motor da nova geração — mais fiável, mais potente, mais suave e com menor consumo. É assim a nova tecnologia Renault. Uma tecnologia mais que perfeita. Uma tecnologia de futuro.

RENAULT 19
O FUTURO MAIS QUE PERFEITO



Motorizações

1237 c.c.,
55 cv DIN
1390 c.c.,
80 cv DIN (Energy)
1721 c.c.,
92 cv DIN
1870 c.c.,
65 cv DIN (Diesel)

Renault 19 - Garantia Anti-Corrosão de 6 anos

Renault Portuguesa, S. A.
(Sucursal)

Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 11-E
1900 Lisboa
Telefs. 859 00 58

O FUTURO MAIS QUE PERFEITO

PLANO NACIONAL DE REABILITAÇÃO-6

Iniciamos este sexto artigo/análise sobre o Plano Nacional de Reabilitação, chamando a atenção para a transcrição integral, no ELO de Fevereiro, das duas propostas de lei apresentadas à Assembleia da República sobre política de base referente a deficientes, já que a uma delas nos vamos referir hoje, aqui.

Voltemos então ao P: N. R. e ao seu código (2), que se tem visto trata da integração sócio educativa.

Entrando no seu subcapítulo 2.4 — Cumprimento da escolaridade obrigatória por parte das crianças e jovens que não frequentam os estabelecimentos regulares de ensino (6/15 anos) — foi veri-



ficado, com base em estimativas, que apenas 27 por cento da população carecida, na referida faixa etária, é atendida em programas de educação especial e em condições que não se podem considerar sequer satisfatórias. Na realidade, «a maioria das escolas especiais existentes encontra-se apenas vocacionada para o atendimento de crianças e jovens com deficiência mental, sendo de três tipos:

- oficiais, dependentes da SESS;
- privadas não lucrativas, dependente de cooperativas e de associações de pais, tuteladas ou pelo ME ou pela SESS;
- privadas lucrativas (colégios), tuteladas pelo ME».

Também a «sua distribuição pelo País é muito assimétrica, não se encontrando definidos ainda critérios pedagógicos que orientem o devido encaminhamento de alunos.

Por outro lado, verifica-se que a divisão dos estabelecimentos por tutelas administrativas (ME e SESS) determina regras de funcionamento diferentes, dificultando a existência de uma orientação educativa comum», existindo para além disso, «grande disparidade nos apoios financeiros concedidos pelo Estado e nos recursos humanos e pedagógicos que lhes estão afectos».

Finalmente, «não se encontra definido o papel que as escolas especiais devem desempenhar no conjunto dos recursos educativos, pelo que a decisão da sua criação permanece à margem das regras de implantação da rede escolar».

Face a esta situação,

torna-se necessário que haja «acesso à educação de todas as crianças e jovens, qualquer que seja o tipo ou grau de deficiência, assim como é urgente a melhoria das condições de funcionamento dos estabelecimentos de educação especial, através de uma integração plena de todos os recursos próprios e específicos, no âmbito do sistema educativo, concorrendo para a realização dos objectivos definidos na Lei de Bases».

Para que tal seja possível, nove projectos ou fases foram delineadas, a saber:

2.4.1 — assegurar a gratuidade da educação de crianças e jovens que frequentam estabelecimentos privados não lucrativos de educação especial apoiados pelo Estado (ME, SESS);

2.4.2 — compensação das insuficiências da rede escolar através de uma adequada política de subsídios (ME, SESS);

2.4.3 — definir os currículos e os programas a serem desenvolvidos pelos estabelecimentos de educação especial (ME);

2.4.4 — desenvolver programas para atendimento de crianças e jovens com

vo e garantindo que a educação se processe no meio o menos restritivo possível (ME e instituições).

Mas, como é lógico, a deficiência, e o seu acompanhamento não podem parar ou estagnar quando o indivíduo atinge uma certa idade ou uma certa cultura. E assim, avançamos para o subcapítulo — 2.5 — Condições de acesso e de sucesso das pessoas com deficiência aos diferentes níveis e graus do sistema educativo, incluindo a educação permanente — que pretende a «facilitação do prosseguimento dos estudos dos jovens com deficiência», verificada que foi «a existência de inúmeras dificuldades que, na prática, limitam fortemente o prosseguimento de estudos a nível secundário e superior por parte» desta camada juvenil, paralelamente à constatação da inexistência de «acções de educação permanente». Inteiramente ao Ministério da Educação caberá levar a efeito e bom termo (? — ver Nota subsequente...), os seguintes projectos:

2.5.1 — assegurar no ensino secundário a pro-

facto de se saber em que país se vive, traduzido, por exemplo numa ligeira alteração feita ao texto inicialmente proposto para o Art.º 23.º da Lei de Bases de Reabilitação — Ver ELO/Fev. — e que era «O sistema geral de urbanismo e habitação deve assegurar às pessoas com deficiência o acesso, circulação e utilização do meio ambiente, dos edifícios públicos ou de utilização pública e da habitação».

É que, ainda por cima, e permitimo-nos transcrever do *Jornal de Notícias*, de 13 de Janeiro passado: «COIMBRA — Conforme demos conta, recentemente, a equipa «Projecto Distrito» elaborou uma proposta tendo em vista a progressiva supressão das barreiras arquitectónicas existentes na universidade, de um caderno que mereceu exemplar acolhimento das autoridades académicas.

Claro que nas construções antigas o problema de adaptação é difícil, mas as mais modernas não cuidaram de aspectos ligados à deficiência, sendo um deles o edifício das Matemáticas o que apresenta maior soma de obstáculos.

... Só que os projectos das construções escolares continuam a ser elaborados e sancionados por pessoas insensíveis, para quem o deficiente é apenas motivo para discursos bonitos que, na prática, não têm a mínima correspondência. Há que ter esperança nos novos projectos e nos mais esclarecidos directores».

Agradecendo ao «Jornal de Notícias» e aos seus responsáveis e aos seus repórteres e redactores, assim como a todos os órgãos de Comunicação Social que de alguma forma têm dedicado espaço e atenção aos problemas que atingem não apenas uma «pequena minoria» da população portuguesa (e mundial), mas sim MILHÕES de cidadãos, família e amigos, julgamos, a, como é uso dizer-se, «talhe de foice», chamar também a atenção para um parágrafo que inicialmente esteve proposto (SNR) para figurar na citada Lei de Bases e que pura e simplesmente foi suprimido: «O sistema da Comunicação Social, pelo papel cultural e social que lhe incumbem, deve prestar às pessoas com deficiência e à sociedade em geral, uma informação frequente e completa sobre a problemática da reabilitação, através dos seus órgãos, utilizando as formas mais adequadas às várias deficiências».

Continua

ADFA — NÚCLEOS

Para efeito de dar seguimento à questão de proposta de Regulamentação dos Núcleos, e em conformidade com uma deliberação da Direcção Central de 24/1/89, realizou-se, em 18 de Fevereiro passado, um encontro de trabalho com as Comissões Instaladoras dos Núcleos da Área de Lisboa.

Ocupada a parte da manhã com os dois primeiros pontos do programa, — «Explicação pela DC da estrutura actual da ADFA aos níveis associativo, administrativo-financeiro e socio-legislativo» e «A ADFA perante os novos desafios do futuro à luz das orientações aprovadas no III Congresso» —, o período da tarde foi destinado à «Discussão do projecto de Regulamento dos Núcleos da ADFA».

Com a presença da grande maioria dos elementos integrantes das várias Comissões (com excepção de Tomar), foram apresentadas e debatidas várias opiniões e sugestões, verificando-se algumas alterações ao documento original, transcrevendo-se, seguidamente, o adoptado para apresentação ao referido Conselho Nacional (do qual se dá notícia noutra ELO).

PROPOSTA DE REGULAMENTAÇÃO DOS NÚCLEOS PARÂMETROS GERAIS

Nota Introdutória

A Revisão Estatutária aprovada pela Assembleia Geral Nacional de 29/01/83, introduziu nos Estatutos da A.D.F.A. a figura do Núcleo, institucionalizado, assim, para além da Sede e Delegações a existência duma nova forma organizativa da participação dos associados.

Sendo os Núcleos por força dos Artigos 55.º e 56.º dos nossos Estatutos, a Estrutura Mínima da A.D.F.A., o seu aparecimento resultou duma necessidade real materializadora dos anseios dos associados, que ao nível local desenvolviam acções de sensibilização e dinamização dos Poderes Autárquicos e População em geral, tendentes à alteração de mentalidades que visam a melhoria das condições de Reabilitação e Integração das Pessoas Deficientes na Sociedade Portuguesa.

Partindo de algumas experiências ainda insipientes, foi clara, a partir do Ano Internacional do Deficiente, 1981, a abertura que se verificou para a criação de novas Estruturas Locais, facilitadoras do intercâmbio entre as Pessoas com Deficiência e a Sociedade em geral,

tendentes ao exercício do Direito — Total Participação e Igualdade — proclamado pelas Nações Unidas para a DÉCADA DA REABILITAÇÃO.

De facto, criadas as condições tanto interna como externamente, os Núcleos, como estruturas humanas, rapidamente, se transformaram numa realidade associativa que nas variadas iniciativas que têm desenvolvido nestes últimos anos, contribuem para o engrandecimento da A.D.F.A., constituindo-se em interlocutores válidos, junto das Autarquias, Serviços Oficiais e outras Entidades Públicas e Privadas, no desenvolvimento das acções que ao nível local estão a ser implementadas em matéria de Deficientes.

Urge pois, saber aproveitar este novo fluir associativo, evitando que esta militância participativa se esgote por inexistência de definição de políticas e meios indispensáveis ao seu desenvolvimento.

Assim sendo, torna-se urgente, de acordo com os Artigos 55.º e 56.º dos Estatutos da A.D.F.A. e numa perspectiva dum descentralismo saudável, aprovar o Regulamento dos Núcleos, que para além de dar resposta aos objectivos, referidos assinalmente também o rejuvenescimento da nossa Associação, no seu 15.º Aniversário.

Continua



multideficiência e deficiência mental profunda (ME, MS, SESS);

2.4.5 — garantir a existência do Plano Educativo Individual para todos os alunos que frequentam estabelecimentos de educação especial (ME);

2.4.6 — apoiar pedagógica e tecnicamente o ensino básico desenvolvido em estabelecimentos não lucrativos de educação especial (ME);

2.4.7 — apoiar financeiramente a manutenção e funcionamento das instituições de apoio a deficientes (ME, SESS);

2.4.8 — orientar tecnicamente e fiscalizar o funcionamento de estabelecimentos privados lucrativos de educação especial (ME) e por fim,

2.4.9 — promover a cooperação entre a escola especial e a escola regular como elementos de um dado Território Educati-

dução de material pedagógico adaptado e das ajudas técnicas necessárias;

2.5.2 — realizar adaptações curriculares e de programas, bem como de formas de avaliação adequadas às características do tipo e grau de deficiência do aluno;

2.5.3 — apetrechar os estabelecimentos de ensino superior com meios tecnológicos que facilitem o acesso a documentação e a outros instrumentos pedagógicos por parte de alunos com deficiência;

2.5.4 — promover acções de educação permanente dirigidas a pessoas com deficiência e

2.5.5 — eliminar as barreiras arquitectónicas existentes nos estabelecimentos de ensino (ver também 2.3.11).

(Nota: a razão deste aparte, apenas um desabafo, prende-se com o

SECRETÁRIO (A) / ATENDIMENTO

A Delegação da ADFA do Porto vai admitir trabalhador(a).

PRETENDE-SE:

- habilitações mínimas, 9.º ano;
- conhecimentos de dactilografia;
- dinamismo, espírito de valorização, facilidade de relacionamento interpessoal, capacidade de trabalho e
- disponibilidade imediata.

OFERECE-SE:

- bom ambiente de trabalho e
- remuneração compatível com a função.

Se as suas características pessoais e profissionais se enquadrarem no perfil acima indicado, envie o seu «currículum vitae», bem detalhado, para a Sede da ADFA (Palácio da Independência, Largo S. Domingos, 1194, LISBOA Codex), com a brevidade possível.

DELEGAÇÕES FARO

Comprovando, mais uma vez, as excelentes relações mantidas com a Delegação, o Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, de Faro, ofereceu à mesma um televisor, aproveitando a ocasião para uma visita às instalações e contacto com a respectiva Direcção e associados.

BRAGANÇA

A Delegação de Bragança, informa todos os seus associados que, no âmbito do 15.º Aniversário da ADFA, vai realizar sábado, dia 13 de Maio/89, um almoço convívio

no Restaurante-Azibo, situado no cruzamento da Barragem do Azibo-Lugar de Podence-Macedo de Cavaleiros.

A Direcção da Delegação, informa os sócios e seus familiares, interessados em participar, que devem entregar a sua inscrição até ao dia 3 de Maio/89, na Delegação em Bragança. Se por qualquer motivo não tiverem recebido em sua casa um boletim de inscrição, façam-no pessoalmente na Delegação.

Apela-se a boa vontade dos sócios que têm automóvel, de oferecerem uma boleia ao sócio seu vizinho que não te-

nha meio de transporte e mostre interesse em estar presente no convívio.

PORTO

MAIO:

Dia 6 — IV Jornada de Reflexão e Debate (pelas 16 horas, 2.º sorteio dos bilhetes de Natal).

Dia 20 — III Encontro de sócios em Paredes.

Programa:

10 e 30 — Jogo de futebol entre sócios. Poderão participar os filhos dos sócios e o jogo realizar-se-á no campo do «Baltar».

13 horas — Almoço-Convívio no Restaurante «O Frade».

NOTA: As inscrições podem ser feitas até ao dia 12 de Maio.

DESporto
DESporto
DESporto
DESporto

É com mais ou menos obstáculos para ultrapassar, com algumas saídas de atletas, mas bastantes entradas, enfim, com vontade e trabalho dos ue querem, vai singrando o sector desportivo da ADFA.

Veja-se, por exemplo, o caso das obras no ginásio do RALIS, que poderiam ter provocado irreparáveis prejuízos no esforço que está a ser feito, pela longa interrupção de treinos a que obrigariam, não fosse o interesse e empenhamento do Director do Lar Militar, coronel Monteiro, o qual se mostrou imediatamente disponível para ceder as instalações necessárias ao trabalho dos atletas. Por eles, e por nós, um **BEM HAJA!**

Entretanto, recuperam-se cadeiras de rodas, prepara-se o «tiro com arco», envia-se material para Tomar, iniciam-se ou retomam-se contactos...

A 16 de Março, e numa oranição da Associação Portuguesa de Deficientes/secção Sintra, realizou-se-á (melhor, realizou-se, quando sair o ELO), um torneio de basquetebol, na Escola Secundária de Mira-Sintra, com início às 9 horas. Será «bota fora», isto é, num primeiro jogo defrontam-se (melhor, confraternizam...), APD/Lisboa e APD/Sintra, seguindo-se ADFA e Alcoitão, após o que se encontrarão, numa final empolgante, as equipas vencedoras.

Havendo taças para

todas as representações e medalhas para todos os atletas, a ADFA deverá estar presente com A. Vilarinho, A. Botelho, J. Neto, M. Borges, V. Borges, A. Cassama e J. Fernando.

23 de Abril corre-se a já anunciada VI Meia Maratona (22,195 kms) dos VI Jogos Médicos Nacionais, em Tróia, com início previsto para as 10 horas.

A ADFA inscreveu A. Botelho e J. Neto, fortes candidatos a medalhões, «t-shirts» e diplomas.

A 25 de Abril, a já tradicional corrida da data, este ano a 15.ª, numa organização da APD/Lisboa em colaboração com outras entidades, nomeadamente a Federação Portuguesa de Colectividades de Cultura e Recreio.

Pelas 11 horas, aqueles mesmos atletas (Botelho e Neto), lançar-se-ão pela Av. Almirante Gago Coutinho, Rotunda do Aeroporto, novamente Gago Coutinho, Praça do Areeiro, Av. Almirante Reis, Praça do Chile e pararão (se o conseguirem, tal a velocidade que vão imprimir às suas cadeiras...) no princípio da Rua da Palma, ali ao Socorro.

Medalhões ou medalhas são certas!

Finalmente (por hoje!), e decorrendo em paralelo com os «II Jogos Desportivos Especiais da Cidade de Lisboa» (que englobam natação, atletismo, futebol, triciclo e slalom), realiza-se um torneio de «basquetebol em cadeira de rodas», a que a ADFA não poderá faltar.

Tome nota, para não deixar de ir apoiar a sua

equipa: dia 21 de Maio, no Complexo Desportivo de S. João de Brito, Av. do Brasil, das 9 às 16 horas.

A organização destes Jogos é da Câmara Municipal de Lisboa-Serviço de Desporto e da Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM)-Delegação de Lisboa.



A boa vontade, simpatia e interesse do nosso técnico José Alberto Gomes, acompanhado pelo seccionista Armando Santos, não podem ser esquecidos. Estão sempre presentes!

E, também no dia 21 de Maio, se não puder ir ver o basquetebol, porque não inscrever-se e participar, no grande, muito GRANDE «RALLY-PAPER DA ADFA»?

Volte para a última página e leia. Pense como pode divertir-se e confraternizar. Pense... e INSCREVA-SE. Até ao dia 5 de Maio, data do correio. **LARGUE JÁ TUDO E FAÇA-O!** Atenção, olhe o cheque...

ÚTIMA HORA:

Chega-nos a notícia, da Delegação de Évora, da realização de um «Torneio de Tiro aos Pratos», no Monte das Flores, no dia 30 de Abril, com PROVA ENSAIO (a partir das 9 horas, inscrição 750\$00 com 1+15 pratos) e PROVA DE HONRA (a partir das 13 horas, inscrição 2400\$00 com 1+25 pratos — os sócios, com quotas em dia, pagarão 2000\$00).

Treinos a partir das 8.30 horas de sábado, 29/4.

Os prémios, claro, são bons e variados (libras de ouro, dinheiro e cartuchos, entre outros).

Centro de Reabilitação e Formação Profissional

Um dos objectivos do programa de reabilitação profissional do Centro é proporcionar aos sócios que já trabalham, oportunidade de se qualificarem profissionalmente, isto é, de desenvolverem as suas competências profissionais visando estabilizar o emprego e/ou proporcionar oportunidade de promoção a uma categoria mais elevada.

Numa época de profundas transformações ao nível do mercado de trabalho, determinadas pela introdução de novas tecnologias, é assim fundamental acompanhar essa evolução sob pena de se ficar ultrapassado em termos profissionais e por consequência vítima do desemprego ou da despromoção para tarefas desqualificadas.

Neste contexto o C.R.F.P. programou dois cursos para funcionarem em regime post-laboral:

— **Serviços Administrativos**

- Administração de Empresas
- Legislação e Documentação Empresarial
- Fiscalidade
- Contabilidade
- Introdução à Estatística
- Comunidade Económica Europeia

— **Operadores de Micro-Infomática**

- Sistema Operativo MS/DOS
- Wordstar
- Lotus 1-2-3

O seu início está previsto para a primeira quinzena de Maio, decorrendo até final de Dezembro, com a interrupção de dois meses no Verão.

Aos sócios eventualmente interessados em frequentar estes cursos, solicita-se que entrem urgentemente em contacto com o Centro pelo telefone 82 40 55 ou 82 52 42 ou através do contacto pessoal.

Parques de estacionamento para deficientes

Em Fevereiro deste ano, ELO publicou um artigo da Delegação de Coimbra, onde se tratava da questão do estacionamento de veículos de deficientes e o desrespeito flagrante nos poucos parques existentes.

Quem conheça a Sede, e o pequeno espaço reservado que existe junto ao portão, sabe perfeitamente o que também se passa

em Lisboa. E com certeza por toda e qualquer cidade deste país.

Mas atenção: estamos bem acompanhados. Só que há autoridades que pretendem resolver a situação, de forma humorada, por vezes a melhor maneira de ser levada a sério.

Veja-se o aviso que, nos Estados Unidos da América do Norte, é co-

locado nos pára-brisas das viaturas encontradas em transgressão:

ESTE PARQUE DE ESTACIONAMENTO É RESERVADO A DEFICIENTES. SE VOCÊ NÃO É, DEVE FAZER DUAS COISAS:

1) **Ajoelhe e agradeça a Deus pela sua boa saúde, e**

2) **TIRE O SEU CARRO!**

ASSISTÊNCIA MÉDICA

VISEU

SEGUNDAS:	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
TERÇAS:	Gastroenterologia (exames)/Dr. Júlio Barbosa	14.00 H.
	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
QUARTAS:	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
QUINTAS:	Ortopedia/Dr. Idálio Braguês da Costa	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
SEXTAS:	Psiquiatria/Dr. José Luís	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Jorge Silva	15.00 H.
	Clínica Geral/Dr. António Jorge Barroso	17.00 H.
SÁBADOS:	Clínica Geral/Dr. Arnaldo Rodrigues	9.00 H.
	Clínica Geral/Dr. Bernardino Campos	9.00 H.

SEDE

CLÍNICA GERAL Médico: sócio dr. Fernando Brito	Segundas e Quintas-feiras, às 14 horas, na Sede
PSIQUIATRIA Médico: dr. Proença	Terças-feiras, às 12 horas, na Sede
PSICOLOGIA dr.ª Paula Frazão	De Segunda a Sexta-feira, 9/12.30 h.
STRESS DE GUERRA Dr. Afonso de Albuquerque (psiquiatra) Consultas dr.ª Edite Saraiva (Psicóloga)	Terças-feiras — 14 às 18 h.

As consultas efectuam-se todas no consultório médico da sede. As marcações são feitas no DASC, 1.º andar, por Luísa Braga, devendo o sócio indicar objectivamente qual a consulta que pretende, ou informar-se dos serviços prestados por cada uma. Poderá também fazer a marcação pelo telefone 346 21 67/8. As consultas com o Dr. Afonso de Albuquerque só se efectuarão depois de consulta com a Dr.ª Edite Saraiva, que poderá encaminhar o paciente se este assim o desejar para psicoterapia de grupo.

As consultas de sábado efectuam-se na própria Delegação, obedecendo a uma marcação prévia.

Devido ao acordo feito com todos os médicos, futuramente em todas as consultas de Ortopedia (Dr. Idálio Braguês Da Costa), os associados suportarão a quantia de 750\$00 (Setecentos e cinquenta escudos), nas restantes especialidades as consultas são gratuitas.

1

Com concentração no Palácio da Independência (que só será declarada lá para o fim do dia), pelas 8H30 do radioso dia que será o 21 de Maio de 1989 (já... pré-histórico!), aí se receberão as necessárias instruções em envelope fechado, lacrado e talvez até chumbado (daí a conveniência em levar ferro de (des-soldar, daqueles de lugar ao isqueiro do carro. O quê, o seu «D. Elvira» ainda não tem?!), partindo os concorrentes para hilariantes aventuras e/ou sérias desventuras, conforme o gosto, e o jeito, de cada um, por caminhos nunca antes tão mal tratados, em busca de tesouros inimagináveis e de mouras encantadas (calma, tenho a impressão que estas estão a mais. Afinal não se vai assim tão longe...). Depois, lá pelas 12H30, OS QUE NÃO ANDAREM À DERIVA, VOLTARÃO A ENCONTRAR-SE EM (X), seguindo todos juntos para (Y), onde se procederá à ingestão de prémios e à entrega de comida, tudo no mais completo mistério (convém levar máscara ou qualquer outro disfarce para o caso da classificação final o envergonhar...).

2

Como se está a ver, vai realizar-se o que será, sem qualquer sombra de dúvida (convém pôr óculos de sol), «O melhor rally paper do Mundo», em 1989, sério candidato a figurar no «Guinness», pelos recordes de participantes, de assistentes, de boa disposição, de prémios, ... de atropelados, de rebocados, de perdidos, etc., etc.!

6

PATROCÍNIOS JÁ GARANTIDOS ATÉ HOJE FIAT/AUTO DINIS, SOREL/OPEL, DISOTEL, SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE LISBOA, BANCO DE FOMENTO NACIO-

1º GRANDE RALLY-PAPER DA ADF A

INSCRIÇÕES
NA SEDE DA ADF A
ATÉ 05 DE MAIO

ADFA

21 DE MAIO

= 1000\$00 INSCRIÇÃO =

META

PARTIDA DA SEDE DA ADF A A 21 DE MAIO

VAMOS ALMOÇAR JUNTOS!

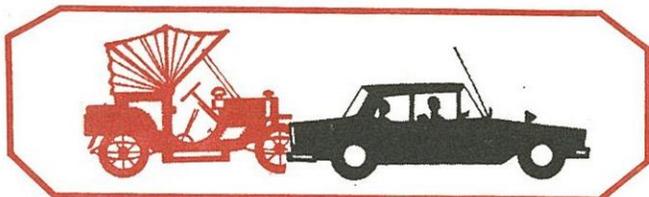
A ROTA É SECRETA!

O ALMOÇO É UMA INCOGNITA!



3

Para quem tenha a mania dos cálculos tempo/distância — regresso ao lar, doce lar —, podemos informar,



muito em segredo, que não nos afastamos mais de 80 000 000 mm da capital e que pelas 15/16 horas a festa de confraternização poderá estar no auge, no meio ou no fim (passando, obviamente, pelos 3-/4), conforme a necessidade ou obrigação pessoal de cada um.

4

Bom, talvez este texto esteja um pouco confuso, que não totalmente ilógico.

Uma amostra do que vai ser o «rally»...

Como pode ver, os parágrafos estão numerados... mas não correspondem à ordem por que foram escritos e que seria a

sua (nossa) sequência mais lógica. Pegue num simples postal (até era engraçado que fosse ilustrado, aí da sua terrinha), remeta-o para ADF A/Rally, Palácio da Independência, Largo de São Domingos, 1194 LISBOA Codex, com o devido remetente, indicando qual acha que deve se a sequência correcta do texto (utilize apenas a numeração), habilitando-se, se

NAL, A. N. A.; CORREIO DA MANHÃ, MOBIL OIL PORTUGUESA, CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, MIRA-MOLDES, LDA. Mas muitos outros se esperam ainda. Até lá...

I RALLY-PAPER DA ADF A — Boletim inscrição

Piloto (1000\$00) — Sócio n.º
 Navegador (+1000\$00) — Sócio n.º
 Patrocínio (se alguém for nisso...) (borla!)
 «Penduras» (+500\$00/cada)
 Bólide:
 marca fórmula/cilindrada matrícula cor (dos olhos)
 Assinatura do chefe de equipá
 Observações: inscrições até 5 de Maio — mínimo um sócio por carro — piloto e navegador, obrigatórios (cheque também!).

ATENÇÃO:
 RECORTE, PREENCHA
 (ou vice-versa),
 junte cheque (pois não!)
 e envie/entregue na Sede
 ou na delegação de Setúbal
 (até 5 de Maio, data do correio)
 — Nota: cada carro tem que levar, pelo menos, um sócio da ADF A —

acertar, ao sorteio de um dos numerosos prémios que há para oferecer.

Atenção: até 5 de Maio (data do correio), não sendo necessário estar inscrito no rally-paper, mas apenas ser sócio da ADF A ou assinante do ELO.



5

PRONTO! Agora a sério: VAI SER MESMO MUITO GIRO! CONTAMOS COM TODOS (e mais alguns), ao preço de 1000\$00/cabeça (piloto e navegador, obrigatórios), mais 500\$00/pendura (menores de 15 anos não pagam, ... mas também não podem conduzir (apenas empurrar!), a fim de ajudar às custas do almoço/piquenique, que a Organização — Sede e Delegação de Setúbal — garante, em tipo de «sobrevivência», ... ah! ah! ah! ..., pelo que se aconselha a todos, tendo em vista a melhoria de «rancho», e levar uns croquetes, umas empadas, uns frangos, uns javalis, uns bolinhos, uns garrafões... de água, claro, mais pratos, copos, garfos, mesas, cadeiras ou simples mantas, frigoríficos, fogões, cozinhas italianas, criados de libré, e tudo o mais que for considerado necessário a acto tão solene e memorável!

